

6. Diretriz 2: Produção e Abastecimento

Autoria: Cristiani Kano, Dag Mendonça Lima, Gisele Freitas Vilela, Edlene Aparecida Monteiro Garçon, Celina Maki Takemura e Mariana Maia

Este capítulo examina de forma integrada a produção de alimentos e o sistema de abastecimento de Campinas, articulando diagnóstico territorial, estrutura produtiva, políticas públicas e dispositivos de comercialização para identificar os elos críticos dos sistemas alimentares locais e apontar oportunidades de fortalecimento da produção, da logística e do acesso a alimentos adequados e saudáveis. A organização segue uma sequência lógica: na Seção 6.1 apresenta-se o contexto territorial e econômico da RMC, com destaque para a base produtiva e a infraestrutura logística, enfatizando o papel da CEASA; a Seção 6.2 caracteriza a estrutura agrária do município e detalha a produção vegetal e animal; as Seções 6.3 e 6.4 tratam, respectivamente, da agricultura familiar e da agricultura urbana e periurbana; a Seção 6.5 discute as políticas de fomento às atividades produtivas rurais; as Seções 6.6 e 6.7 abordam a assistência técnica e os assentamentos de reforma agrária; a Seção 6.8 examina a estrutura de abastecimento alimentar, com ênfase na CEASA, nos mercados públicos e nas feiras; a Seção 6.9 analisa a presença de desertos e pântanos alimentares no território de Campinas; e, por fim, a Seção 6.10 reúne as considerações finais e propõe caminhos para o aprimoramento dos sistemas alimentares locais.

6.1 Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos

A produção de alimentos e os sistemas de abastecimento são componentes estruturantes da SAN, conforme estabelecido na PNSAN e no SISAN. A articulação entre esses dois campos é essencial para garantir o DHAA, envolvendo a oferta, a distribuição e o acesso contínuo e equitativo a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

No município de Campinas, esses sistemas assumem características diversas, combinando diferentes escalas territoriais de produção — rural, urbana e

periurbana — e múltiplos canais de comercialização. Entre os principais equipamentos e mecanismos de abastecimento estão feiras livres, mercados municipais, sacolões, programas de compras públicas (como PNAE e PAA), o BAC e a CEASA Campinas, uma das principais centrais atacadistas do país. Esses elementos formam a base de um sistema complexo e articulado que conecta agricultores, distribuidores, comerciantes e consumidores.

O território de Campinas, inserido na Região Metropolitana de Campinas (RMC), apresenta uma dinâmica agroalimentar que extrapola os limites do município. Com mais de 3,3 milhões de habitantes distribuídos em 20 municípios, a RMC é marcada por alta densidade urbana, industrial e tecnológica, o que impõe ao sistema de abastecimento alimentar o desafio de garantir o suprimento regular, acessível e seguro para uma população urbana numerosa e com padrões de consumo variados.

Essa demanda crescente depende de uma infraestrutura logística que conecta a produção local e regional a fluxos alimentares vindos de outras regiões do estado e do país. A CEASA Campinas desempenha papel central nesse arranjo, articulando compra e venda, formação de preços, regulação de estoques e redistribuição para o varejo, serviços de alimentação e programas públicos.

Ao mesmo tempo, o sistema enfrenta limitações estruturais e riscos crescentes, como a concentração no modal rodoviário, a fragmentação das políticas públicas, a pressão urbana sobre áreas produtivas, a escassez de recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas. Essas vulnerabilidades afetam a eficiência, a resiliência e a sustentabilidade dos fluxos de produção e abastecimento alimentar, sobretudo nas áreas mais sensíveis do território.

Diante desse cenário, este capítulo analisa a dinâmica da produção agrícola e do abastecimento alimentar em Campinas, com foco nas interrelações entre os sistemas produtivos locais, os canais de distribuição e as políticas públicas vinculadas ao SISAN. A abordagem considera as diretrizes da PNSAN, em especial aquela voltada à promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos (Diretriz II).

A caracterização da produção e do abastecimento alimentar em Campinas busca subsidiar estratégias que articulem o fortalecimento da produção local, a ampliação de mercados de proximidade, a qualificação da logística e o alinhamento das políticas públicas às metas de SAN, desenvolvimento urbano e sustentabilidade ambiental.

6.2 Contexto Territorial e Econômico de Campinas e da Região Metropolitana

6.2.1 Panorama Econômico da RMC e de Campinas

O município de Campinas localiza-se no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 100 km da capital paulista, e integra a RMC, composta por 20 municípios. Com uma população estimada em mais de 1,2 milhão de habitantes (IBGE, 2025), Campinas ocupa uma posição estratégica no território paulista, favorecida por sua localização geográfica e por uma infraestrutura logística robusta, com destaque para o entroncamento das rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro I e Santos Dumont, e para o Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos maiores do país em movimentação de cargas.

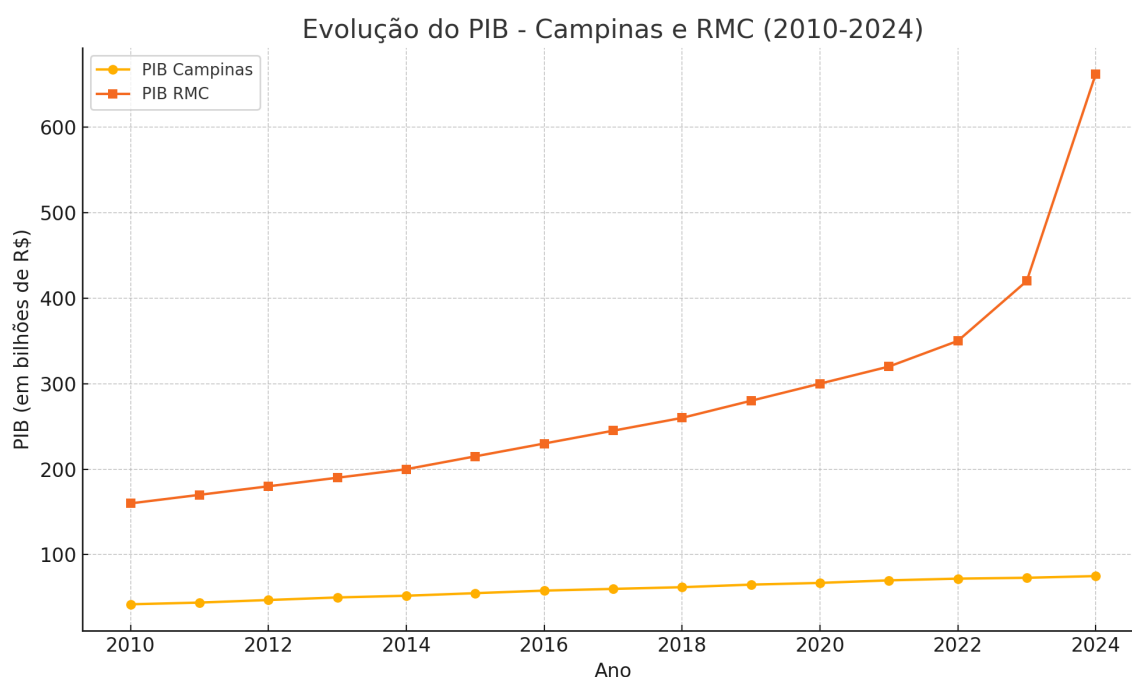
Campinas é reconhecida como um dos principais pólos econômicos, científicos, tecnológicos e logísticos do Brasil, com forte influência regional, estadual e nacional. Esse protagonismo decorre de uma base econômica altamente diversificada, ancorada nos setores de serviços especializados, indústria de transformação, logística e pesquisa científica. A cidade abriga instituições de referência como a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), centros de inovação tecnológica, parques industriais e pólos de desenvolvimento que reforçam sua posição como centro articulador de cadeias produtivas complexas.

Desde 2020, Campinas é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como uma das 15 metrópoles brasileiras, sendo a única que não é capital de estado. Essa designação reflete não apenas seu porte populacional, mas também sua centralidade econômica, capacidade de geração de empregos, atratividade de investimentos e papel nos fluxos logísticos e comerciais em escala nacional.

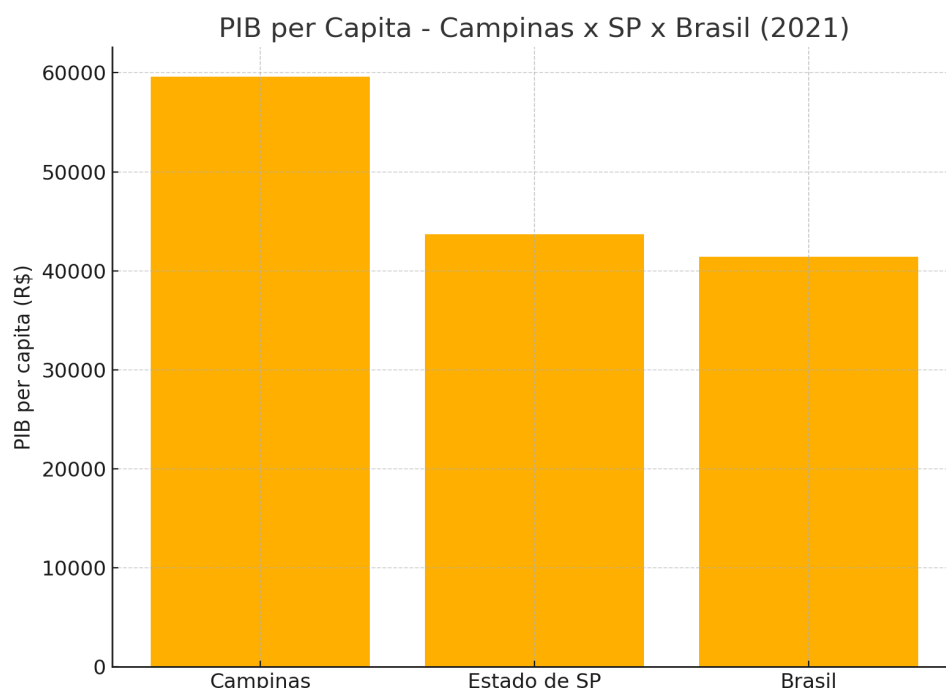
O desempenho econômico de Campinas também se expressa em números: com um PIB de R\$ 72,9 bilhões em 2021, o município ocupa a 12ª posição entre as maiores economias municipais do Brasil, sendo a maior do interior do país e a 4ª do estado de São Paulo. Seu PIB per capita, estimado em R\$ 59.634, está significativamente acima das médias estadual e nacional, evidenciando o alto grau de desenvolvimento econômico e de atividades de valor agregado presentes no território (Gráfico 22).

No contexto regional, a Região Metropolitana de Campinas apresentou um PIB consolidado de R\$ 266,8 bilhões em 2021, posicionando-se como a 5ª região metropolitana mais rica do Brasil. Os dados de 2024 indicam que esse valor subiu para R\$ 662,4 bilhões, com uma taxa de crescimento de 3,2%, superior à de 21 estados brasileiros e do Distrito Federal. Esses indicadores confirmam a resiliência e a capacidade de inovação da economia regional, que tem se mantido em crescimento mesmo diante de contextos econômicos adversos (Gráfico 23).

Gráfico 22. Evolução do PIB - Campinas e RMC (2010-2024) em R\$ milhões, valores correntes.



Fonte: Elaboração própria. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>; SEADE. *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados*. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>

Gráfico 23. PIB per Capita - Campinas x SP x Brasil (2012).

Fonte: Elaboração própria. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>; SEADE. *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados*. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>

6.2.2 Estrutura Produtiva e Setorial

A estrutura econômica de Campinas e da RMC é marcada por forte diversificação setorial, com predominância das atividades de serviços e indústria de alta tecnologia. Esses setores concentram a maior parte dos empregos formais, do valor agregado e dos investimentos em inovação, posicionando a região como um dos principais centros produtivos e logísticos do país.

O setor de serviços responde por mais de 70% dos empregos formais na RMC e é impulsionado por atividades como tecnologia da informação, serviços empresariais, educação, saúde, transporte e logística. A presença de universidades, centros de pesquisa e polos de inovação, como a Unicamp e o Parque Científico e Tecnológico de Campinas, contribui para a geração de conhecimento e para a qualificação da mão de obra, reforçando a capacidade da região de atrair e reter investimentos.

A indústria, embora represente parcela menor no total de empregos formais, tem elevada densidade tecnológica e importância estratégica para a economia regional. Destacam-se segmentos como a indústria química, petroquímica, farmacêutica, automotiva e de equipamentos de precisão, além de centros logísticos integrados à cadeia de suprimentos. Essa base industrial, articulada aos serviços especializados, sustenta cadeias produtivas complexas com forte inserção nacional e internacional.

Apesar da menor participação relativa no PIB, a agropecuária continua sendo um componente relevante da estrutura produtiva regional. A presença de áreas rurais e periurbanas nos municípios da RMC permite a manutenção de uma base produtiva voltada, principalmente, à produção de hortifrutigranjeiros, flores, leite, ovos e frutas de mesa, como uva, caqui e goiaba. Essa produção abastece mercados locais e regionais, sendo especialmente importante para a segurança alimentar da população urbana e para a conservação de espaços rurais no entorno da malha urbana.

Além de sua função produtiva, a agropecuária desempenha papel ambiental e social relevante, ao contribuir para a preservação de mananciais, a manutenção da biodiversidade e a geração de renda para agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A presença de instituições como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a Embrapa Territorial amplia a capacidade regional de desenvolver e aplicar tecnologias voltadas à sustentabilidade, à agroecologia e à adaptação climática da produção.

6.2.3 Relevância Logística

Campinas se destaca como um dos principais pólos logísticos do Brasil, com papel estratégico na integração territorial, no abastecimento regional e na conexão entre áreas produtoras e consumidoras. Situada em um ponto nodal do interior paulista, a cidade é atravessada por um conjunto de rodovias de alta capacidade — como Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro I e Santos Dumont — que articulam a RMC aos principais corredores logísticos do país, incluindo a capital paulista, o interior de São Paulo e os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A esse sistema rodoviário se soma o Aeroporto Internacional de Viracopos, um dos mais relevantes do país no transporte de cargas, que posiciona Campinas como um hub logístico intermodal, com conexões aéreas nacionais e internacionais. Essa infraestrutura permite elevada mobilidade de mercadorias, favorecendo tanto o escoamento da produção agropecuária quanto o abastecimento de centros urbanos em diferentes escalas.

Além disso, o município abriga centros de distribuição de grandes redes varejistas, operadores logísticos especializados e entrepostos de abastecimento que reforçam sua centralidade nas cadeias de suprimentos alimentares. Entre esses equipamentos, destaca-se a CEASA Campinas, que atua como entreposto atacadista e integra diversas funções logísticas relacionadas à circulação, armazenagem, regulação e redistribuição de alimentos, conectando a produção agrícola — inclusive familiar e periurbana — aos mercados institucionais, varejistas e à rede de equipamentos públicos.

Essa configuração logística torna Campinas um elo fundamental para a segurança alimentar regional, viabilizando a articulação entre territórios produtores e consumidores, reduzindo distâncias nas cadeias agroalimentares e ampliando a capacidade de resposta a desafios como o aumento da demanda, as mudanças climáticas e os desequilíbrios territoriais no acesso à alimentação.

6.3 Estrutura Agrária e Uso da Terra

6.3.1 Uso e ocupação do solo nas unidades produtivas agrícolas do município de Campinas

A área dedicada às atividades agropecuárias de Campinas ocupa quase 35 mil hectares (ha), sendo que a maior parte desta área é ocupada por pastagens (43%), ou seja, para criação de bovinos (Tabela 5).

As culturas temporárias ou anuais ocupam 11,1% e as culturas perenes 3,8% (Tabela 5). As áreas para fins de reflorestamento ocupam uma área de 9,1%, acima do total de culturas perenes. As áreas de vegetação natural, incluindo a vegetação de brejo e várzea somam 10,5% (Tabela 5).

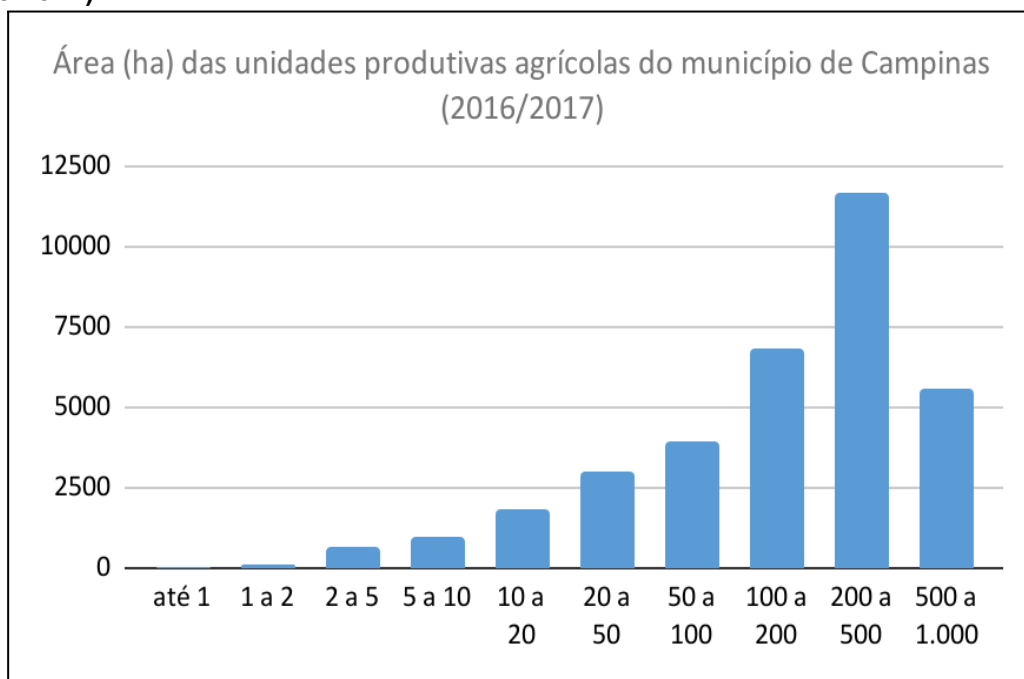
Tabela 5. Uso e ocupação do solo nas unidades produtivas agrícolas do município de Campinas (2016/2017).

Uso	Hectares (ha)	Participação (%)
Cultura perene	1.316	3,8
Cultura temporária	3.841	11,1
Pastagem	14.906	43,0
Reflorestamento	3.153	9,1
Vegetação natural	3.318	9,6
Vegetação de brejo e várzea	319	0,9
Pousio	5.634	16,2
Complementar*	2.175	6,3
Total	34.662	100

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017). * Área complementar: a área ocupada com benfeitorias (casas, currais, estábulos, represas, lagoas, estradas, carreadores, cercas etc.), bem como áreas inaproveitáveis para atividades agropecuárias ou a área que falta para completar a área total da UPA.

A maior parte das propriedades rurais ou unidades produtivas agrícolas de Campinas encontram-se na faixa de 200 até 500 hectares (ha) com um total de 11.646 unidades ou 33,6% do total. Se considerarmos as pequenas propriedades, de até 4 módulos fiscais, ou seja, até 100 ha, essas unidades representam quase 31% do total (Gráfico 24).

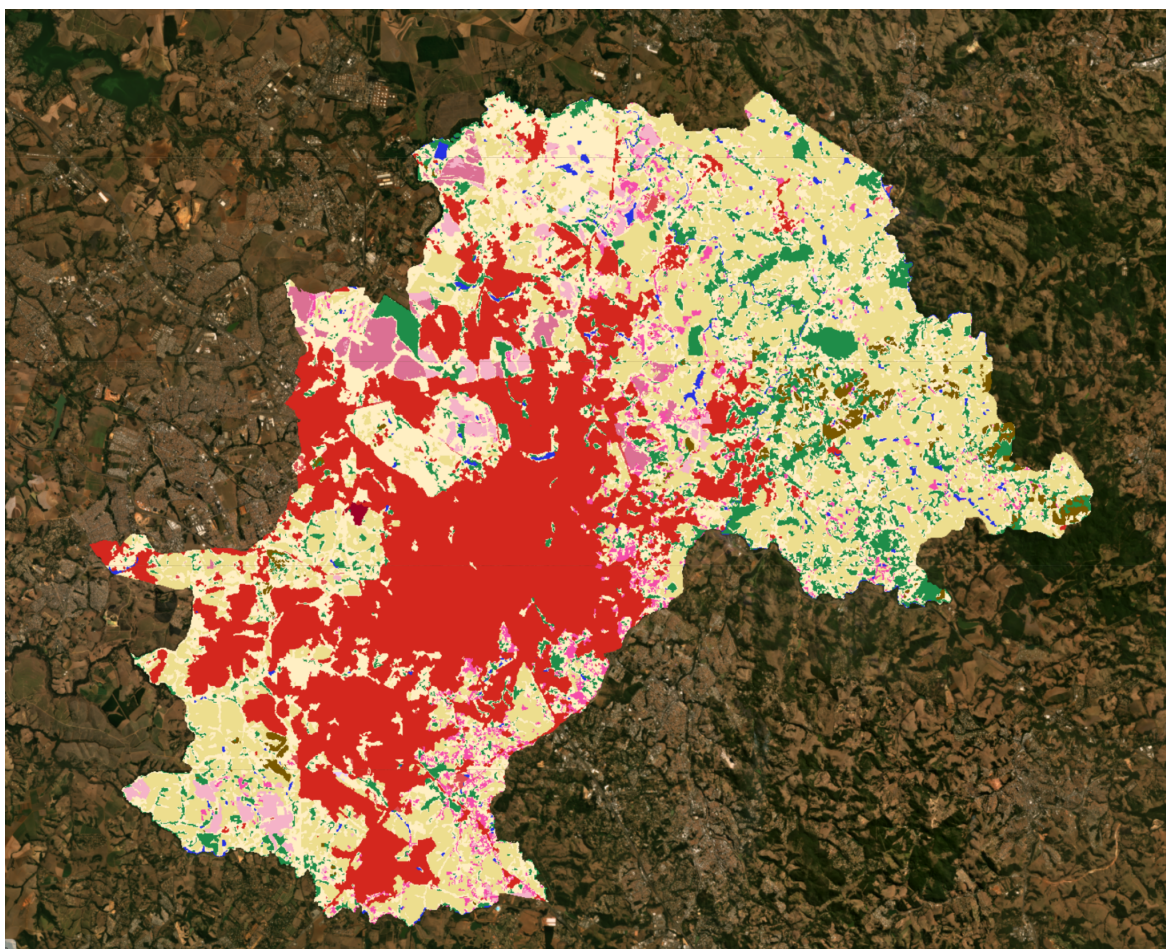
Gráfico 24. Área das unidades produtivas agrícolas do município de Campinas (2016/2017).



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

O mapa de uso de ocupação do solo do município de Campinas foi obtido pelo MapBiomas Brasil (2025). O MapBiomas apresenta um cenário um pouco diferente dos dados do Projeto LUPA (2017), mas de certa forma esperado, pois a base de dados utilizada, as nomenclaturas e o espaço temporal são diferentes. Pelo MapBiomas, a área ocupada somente pela agricultura no município de Campinas corresponde a 4.980 ha, ou 6,3% do total da área do município, e aumentou 140% nos últimos 20 anos. A área dedicada a pastagens é de 19.413 ha, ou 24,4% do total, e vem decaindo nas últimas décadas com uma diminuição de 38% nos últimos 20 anos (Figura 19 e Tabela 6).

Figura 19. Mapa de uso e ocupação do solo no município de Campinas.

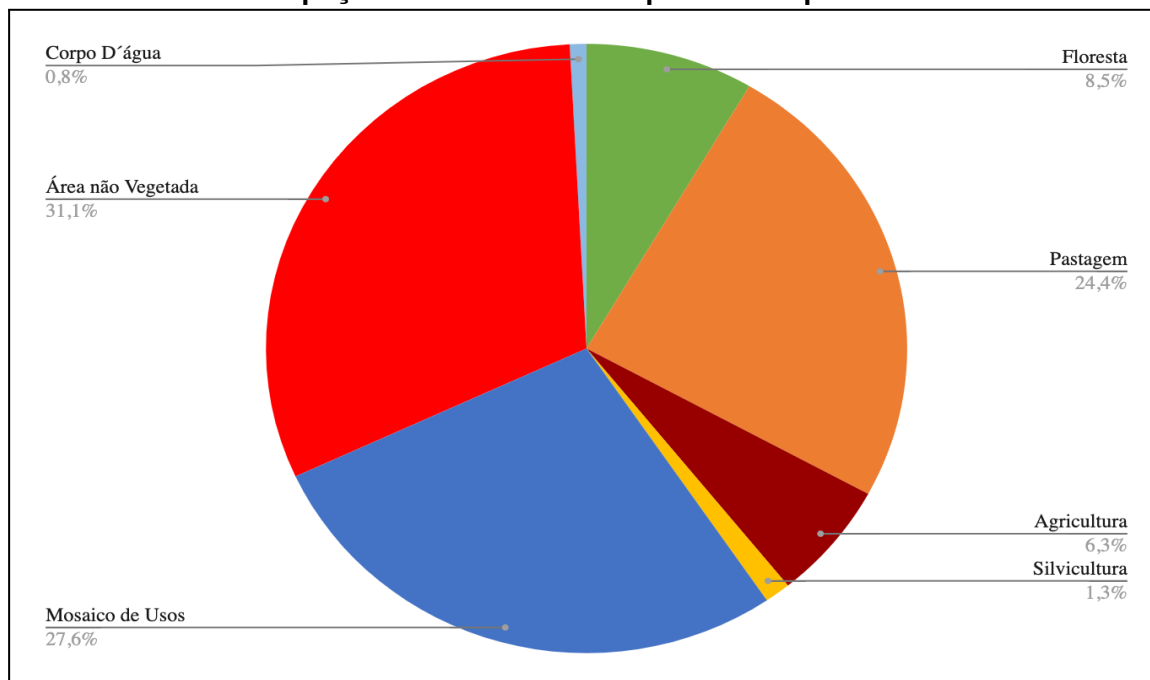


LEGENDA		
Classes	Simbologia	Hectares (ha)
Formação Florestal		6743
Vegetação Arbustiva e Herbácea		1
Afloramento Rochoso		1
Agropecuária		47.371
Pastagem		19.413
Agricultura		4.980
Lavoura Temporária		4.933

Soja		1.613
Cana		1.180
Outras Lavouras Temporárias		2.141
Lavoura Perene		46
Café		15
Outras Lavouras Perenes		31
Silvicultura		1.035
Mosaico de Usos		21.944
Área não Vegetada		24.674
Área Urbanizada		24.333
Mineração		56
Outras Áreas não Vegetadas		285
Corpo D'água		667

Fonte: MapBiomas Brasil (2025).

As áreas dedicadas às formações florestais ocupam 6.743 ha e também aumentaram nas últimas décadas em 32% (Figura 19). Apesar do crescimento da área agrícola do município, verifica-se também que a área não vegetada, representada em sua maior parte pela área urbanizada, cresceu 54% nas últimas duas décadas (Figura 19 e Gráfico 25).

Gráfico 25. Uso e ocupação do solo no município de Campinas.

Fonte: MapBiomas Brasil (2025).

Tabela 6. Uso e ocupação do solo no município de Campinas em 1984 e 2023.

Classe	Ano de 1985 (ha)	Ano de 2023 (ha)
Floresta	4.555	6743
Pastagem	31.694	19.413
Agricultura	2.068	4.980
Silvicultura	94	1.035
Mosaico de Usos	28.916	21.944
Área não Vegetada	11.246	24.674
Corpo D'água	882	667

Fonte: MapBiomas Brasil (2025).

6.3.2 Produção Rural do Município de Campinas

A base de dados da produção rural do município de Campinas deste documento foi obtida do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/17), realizado em conjunto com o Instituto de Economia Agrícola (IEA) e a CATI (SÃO PAULO, 2019) e, pelo IBGE, por meio do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) (IBGE, 2025). Para o levantamento dos dados do IBGE disponíveis foi considerada a média das três

últimas safras/anos, 2023, 2022 e 2021, um indicador mais apropriado para minimizar intempéries e quebras de safra que possam ter ocorrido no período.

6.3.2.1 Produção vegetal

Conforme os dados do (LUPA 2016/17), a hortaliça mais produzida em Campinas é a alface, ocupando uma área de 408,6 ha, que representa 37,2% do total, seguida da couve (111,5 ha), mandioca (106 ha), brócolis (38,7 ha) e chuchu (35 ha) (Tabela 7).

Outras olerícolas ocupam uma área de 271,8 ha (24,7% do total), o que, provavelmente, corresponde a uma grande diversidade de hortaliças (Tabela 7).

Tabela 7. Áreas cultivadas com hortaliças no município de Campinas, em hectares e número de unidades produtivas agrícolas.

Cultura	Total (ha)	Número de UPAs
Abóbora	19,6 (1,8%)	15
Açafrão	3,0	1
Alface	408,6 (37,2%)	88
Batata-doce	0,5	1
Berinjela	4,9	6
Beterraba	0,6	1
Brócolis	38,7 (3,5%)	27
Cebolinha	3,5	7
Chicória	29,4	20
Chuchu	35,0 (3,2%)	10
Cogumelo	0,1	1
Couve	111,5 (10,1%)	62
Couve-flor	4,5	4
Ervas medicinais e aromáticas	3,0	1
Espinafre	3,9	3
Hortelã	0,3	1
Jiló	0,9	2
Mandioca	106,0 (9,6%)	33
Milho verde	10,7	4
Pepino	0,5	1

Pimenta	0,7	1
Pimentão	1,5	3
Quiabo	19,9	16
Repolho	7,0	5
Outras olerícolas	271,8	110
Horta doméstica	12,7	24

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

Em relação às espécies frutíferas, a goiaba se destaca por ocupar a maior área, 239,3 ha (35,3% do total), seguida do figo com 142,7 ha (21,1% da área), abacate (100,9 ha), banana (71,8 ha), uva rústica (variedades tradicionais) com 33,3 ha e manga (33,2 ha) (Tabela 4) (LUPA 2016/17).

Os pomares domésticos também estão presentes em 7,7 % da área total. O município possui uma diversidade grande de espécies frutíferas que apresentam diferentes exigências ambientais, o que demonstra ser o município possuidor de uma grande variedade de ambientes e de microclimas. Possui o plantio de espécies tropicais como o coco-da-Bahia e seriguela, e espécies sub-tropicais como o pêssogo e a noz-pecã (Tabela 8).

Tabela 8. Áreas com fruticultura no município de Campinas, em hectares e número de unidades produtivas agrícolas.

Cultura	Total (ha)	Número de UPAs
Abacate	100,9	23
Acerola	2,7	5
Amora-preta	0,2	1
Anona	3,0	2
Banana	71,9	30
Caqui	23,5	13
Carambola	8,7	8
Coco-da-Bahia	1,7	2
Figo	142,7	34
Figo-da-Índia	11,5	6
Goiaba	239,3	90
Jabuticaba	1,1	2

Kinkan	9,1	3
Laranja	11,7	6
Lichia	15,7	5
Limão	2,7	4
Macadâmia	6,0	1
Manga	33,2	15
Mangustão	1,2	1
Maracujá	0	1,0
Morango	1	2,0
Noz-pecã	1,5	1
Pêssego	12,3	7
Pupunha	1	1,0
Roma	1	0,3
Serigüela	6,1	11
Uva fina	1,4	2
Uva para Indústria	2,4	1
Uva rústica	33,3	12
Outras frutíferas	2,7	3
Pomar doméstico	30,2	34

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

A cultura da cana-de-açúcar ocupa a maior área no segmento das grandes culturas, com 1.535 ha (41,3% do total), seguida do milho (780 ha), soja (521 ha), café (514 ha) e feijão (232 ha) (Tabela 9) (LUPA 2016/17). Muito provavelmente, a área de milho segunda safra é instalada em sucessão à cultura da soja. A cultura do amendoim tem sido instalada no período de renovação dos canaviais.

Tabela 9. Áreas cultivadas com grãos, café e cana-de-açúcar em hectares no município de Campinas e número de unidades produtivas agrícolas.

Cultura		Total (ha)	Número de UPAs
Amendoim		10	1
Café		514	18
Cana-de-açúcar	finalidade	1.535	19

indústria		
Feijão	232	8
Milho safra	773	50
Milho 2º safra	7	1
Milho-pipoca	6	1
Soja	521	15
Trigo	80	1
Triticale	40	1

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

Os dados apresentados anteriormente referem-se aos dados de área ocupada com a produção vegetal obtidos no projeto LUPA (2016/2017) e, na sequência, serão apresentados os dados disponibilizados pelo IBGE/SIDRA, referentes aos anos de 2021 a 2023, podendo comparar a evolução da área ocupada, além dos dados de volume produzido, rendimento médio da produção e do valor da produção vegetal do município de Campinas (Tabelas 9 e 10).

Pelos dados do LUPA (2016/2017) que constam na Tabela 4 observa-se que a área ocupada pelas frutíferas goiaba, abacate, banana, uva e manga possuem valores muito próximos dos dados médios dos anos de 2021 a 2023 disponibilizados no IBGE/SIDRA, enquanto as culturas do caqui e figo tiveram um aumento nas áreas plantadas (Tabelas 9 e 10).

Pelos dados das culturas disponibilizados no IBGE, as que tiveram maior área colhida foram da cana-de-açúcar, soja, café, milho, goiaba e figo, respectivamente. Com relação às hortaliças, os únicos dados disponibilizados foram do tomate e batata-doce, as quais no período de 2021 a 2023 apresentaram uma média da quantidade produzida de 200 e 11 toneladas, respectivamente (Tabela 10).

Tabela 10. Média dos dados de área colhida, quantidade produzida, rendimento médio da produção e valor da produção de lavouras temporárias no município de Campinas, nos anos de 2021 a 2023.

Lavouras	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio da produção (kg/ha)	Valor da produção (Mil Reais)
----------	-------------------	--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------

Lavouras temporárias				
Cana-de-açúcar	1.530	118.705	83.445	16.537
Feijão (em grão)	10	33	1.750	123
Mandioca	110	1.695	15.000	2.447
Milho (em grão)	350	1.586	4.487	2.211
Soja (em grão)	800	2.039	2.530	6.240
Tomate	2	200	100.000	1.039
Batata-doce	1	11	11.000	15
Lavouras permanentes				
Café Total (em grão)	500	762	1.525	14.683
Café Arábica (em grão)	500	762	1.525	14.683
Abacate	100	1.396	13.960	2.529
Banana (cachos)	72	1.854	25.750	3.562
Caqui	38	1.354	35.623	3.049
Figo	221	2.460	12.043	24.569
Goiaba	230	4.640	20.174	12.207
Laranja	10	356	35.567	399
Manga	34	275	8.098	582
Pêssego	10	99	10.000	359
Uva	32	404	12.495	1.688
Soma (frutíferas)	747	12.838		

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE).

A Tabela 11 fornece dados sobre a área cultivada com hortaliças no município de Campinas com a descrição da área e produção obtidas entre os anos de 2021 e 2023. Observa-se que dentro do grupo das hortaliças, a alface e couve possuem as maiores áreas plantadas no município, com 140 e 76,7 ha, respectivamente. Comparativamente aos dados do projeto LUPA (2016/2017) (Tabela 7), essas duas hortaliças continuam sendo as com maior área plantada, em que a área cultivada da alface quase dobrou e a área cultivada da couve também aumentou em torno de 24% nos últimos anos.

Tabela 11. Área cultivada média (hectares) com hortaliças no município de Campinas, SP, entre os anos de 2021 e 2023.

Produto	Área plantada no município de Campinas (hectares)	Produção por ano no município de Campinas (toneladas)
Abóbora seca	4,7	46,7
Abobrinha	1,7	25
Berinjela	4,9	122,3
Chuchu	35,0	1.691
Jiló	0,9	16,2
Pepino	0,5	15,5
Pimentão	0,5	9
Quiabo	11,3	221
Beterraba	0,6	7,2
Alface	140	84.000 engr.9dz.
Chicória	6,0	4.800 engr.8dz.
Almeirão	1,0	12
Brócolos	30,0	375
Cebolinha verde	5,0	90
Coentro	0,5	0,6
Couve	76,7	2.300
Repolho	1,5	40,5
Rúcula	8,0	40,1
Salsa	5,0	49

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

As hortaliças e frutas (HF) são importantes componentes de uma alimentação saudável e possuem elevado conteúdo de vitaminas, minerais e fibras. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda uma média de 400 g ou cinco porções de HF para compor a alimentação humana diária.

Conforme os dados das Tabelas anteriores, o município de Campinas produziu nos últimos três anos um total de 12.838 toneladas de frutas por ano.

Com relação às hortaliças, sem considerar as culturas de alface e chicória, que apresentam os dados expressos em quantidade de engradados, o município produziu uma média anual de 5.272 toneladas (Tabela 11).

Se considerarmos a população de Campinas informada pelo Censo do IBGE, no ano de 2022, sendo de 1.139.047 habitantes e, um mês com 30 dias, permitiria um consumo de 513 g/habitante/dia, indicando que a produção de HF do município atenderia a necessidade diária recomendada pela OMS. No entanto, não se sabe exatamente se toda produção de HF é destinada para Campinas. Os dados das Tabelas 8; 10 e 11 indicam que o município de Campinas tem produzido uma ampla variedade de hortaliças e frutas, assegurando uma oferta de fontes de nutrientes para a população local.

6.3.2.2 Produção animal

Pelos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, realizada nos anos de 2021 a 2023, observa-se que a produção animal do município de Campinas é pouco expressiva em relação ao estado de SP, representando menos de 0,5% do total produzido no estado (Tabela 12).

Se considerar apenas os animais que poderão ser utilizados como alimentação, o município apresentou uma média anual de 2.290 toneladas de carnes, 1.744 mil litros de leite e 180 mil dúzias de ovos (Tabela 13).

Tabela 12. Média da criação animal no município de Campinas e no estado de São Paulo, nos anos de 2021 a 2023.

Tipo de rebanho	Média do município de Campinas (cabeças)	Média do estado de SP (cabeças)
Bovino	29.000 (0,27%)	10.850.820
Bubalino	38 (0,03%)	120.223
Equino	1.560 (0,44%)	353.562
Suíno - total	950 (0,06%)	1.537.606
Suíno - matrizes de suínos	95 (0,06%)	161.363
Caprino	200 (0,39%)	51.108

Ovino	1.000 (0,32%)	312.591
Galináceos - total	250.000 (0,12%)	203.213.450
Galináceos - galinhas	9.000 (0,02%)	54.221.878
Mel de abelha (quantidade produzida em kg)	2100	-

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE). (-) = dado não disponível.

Tabela 13. Produção média de produtos de origem animal do município de Campinas, nos anos de 2021 a 2023.

Tipo	Valor	Unidade
Bovinos	1.383.818	kg
Caprinos	1.500	kg
Frangos	837.800	kg
Ovinos	8.400	kg
Suínos	58.686	kg
Soma	2.290	toneladas
Caprinos para leite	25	mil litros/ano
Leite	1.719	mil litros/ano
Soma	1.744	mil litros/ano
Galinhas para ovos	180	mil dúzias/ano

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Os dados levantados no LUPA 2016/2017, indicaram que o município de Campinas, estava com um total de 517 Unidades de Produção Agrícola (UPAs) ocupadas com a criação de animais, com destaque para a equinocultura e bovinocultura de corte, que tiveram maiores números de UPAs (28,6% e 21,7%, respectivamente) (Tabela 14).

A bovinocultura mista e leitura representaram 19,7% e 6,6% do total das UPAs, respectivamente. A piscicultura, ovinocultura, suinocultura, apicultura e caprinocultura representaram 5,8; 5,0; 2,7; 2,3 e 1,9% do total das UPAs, respectivamente (Tabela 14).

Tabela 14. Criação animal nas unidades produtivas agrícolas do município de Campinas (2016/2017).

Criação	Número de Unidades de Produção Agrícola
----------------	--

Apicultura	12
Asininos e muares	7
Avestruzes e ema	2
Avicultura de corte	6
Avicultura ornamental	5
Avicultura para ovos	5
Bovinocultura de corte	112
Bovinocultura leiteira	34
Bovinocultura mista	102
Caprinocultura	10
Equinocultura	148
Minhocultura	1
Outra exploração animal	3
Ovinocultura	26
Piscicultura	30
Suinocultura	14
Total	517

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

6.4 Agricultura familiar e Agroecologia

O CAF é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). A inscrição no CAF é requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar (Brasil, 2025). A inscrição no CAF substituiu a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para fins de acesso a todas as políticas públicas que têm esse documento como requisito. As entidades emissoras de CAFs são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a Fundação Instituto De Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva, o

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

O município de Campinas possui 27 agricultores familiares cadastrados no CAF, segundo fonte do MDA/SP.

Dois programas governamentais de compras públicas de alimentos produzidos por agricultores familiares no Brasil foram criados: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que as compras são feitas localmente e têm efeito positivo na renda dos agricultores e no desenvolvimento da agricultura familiar e dos territórios em que estão inseridas.

6.4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Foi instituído pela Lei nº 10.696/2003, com alterações subsequentes e, atualmente, é regulamentado principalmente pela Lei 14.628, de 2023 (BRASIL, 2023).

O objetivo do PAA é de fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvimento da economia local, além de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2023).

Na pactuação municipal de 2024, o programa alcançou o valor de R\$ 579.175,14, com adesão de 54 agricultores cadastrados, dos quais 39 foram classificados para fornecer alimentos a instituições da rede socioassistencial e educacional do município e região. Ao todo, 42 instituições manifestaram interesse em receber os produtos adquiridos via PAA, o que evidencia a capilaridade e a importância estratégica do programa para o abastecimento alimentar solidário e descentralizado (Diagnóstico Alimenta Cidades 2024/MDS; 1: Edital de Cozinhas Solidárias/MDS).

6.4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito deste Programa (Brasil, 2009). Essa Lei determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

O objetivo do PNAE é de ofertar a alimentação nas escolas, com a aquisição de produtos da agricultura familiar; oferecer refeições saudáveis e promover a educação alimentar e nutricional, através da oferta de legumes, frutas e verduras; restrição da oferta de sódio, açúcares e alimentos prontos para o consumo e a proibição da oferta de bebidas de baixo valor nutricional.

As instituições da rede pública de ensino federal, estadual e municipal recebem recursos diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a execução do PNAE, para aquisição de alimentos dos agricultores familiares e/ou suas organizações econômicas que possuam, respectivamente, Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física ou jurídica.

As etapas do processo de aquisição por chamada pública são divididas em 10 etapas:

- 1ª) Orçamento: Levantamento dos recursos orçamentários disponíveis;
- 2ª) Articulação entre os atores sociais: Mapeamento dos produtos da agricultura familiar;
- 3ª) Elaboração do cardápio: Pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada;

4ª) Pesquisa de preços: os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar deverão ser previamente estabelecidos pela Entidade Executora;

5ª) Chamada pública: é publicada em edital, dispensando-se o processo licitatório e deve conter as informações para a formulação do projeto de venda (produtos, quantidades, cronograma e locais de entrega).

6ª) Elaboração do projeto de venda: é realizado para formalizar o interesse dos agricultores familiares em vender sua produção para a alimentação escolar;

7ª) Recebimento e seleção do projeto de venda: a habilitação dos projetos de venda consiste na verificação da documentação entregue;

8ª) Amostra para Controle de Qualidade: verificação da compatibilidade com as características técnicas do Termo de Referência;

9ª) Contrato de Compra: formalização do contrato para fornecimento de acordo com o edital;

10ª) Entrega dos produtos, Termo de Recebimento e Pagamento: entrega pontual (nas escolas) ou centralizada (na Ceasa) de acordo com as condições do edital. O termo de recebimento é assinado pelo agricultor e pela Unidade Executora e o pagamento é realizado.

Desde o ano de 2002, a Secretaria Municipal de Educação do município de Campinas é responsável pela gestão do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), em parceria com a CEASA Campinas, que faz a operacionalização deste Programa. Atualmente 552 unidades escolares do município são atendidas pelo PNAE, sendo fornecidas diariamente 290 mil refeições para 170 mil alunos matriculados, desde a educação infantil e ensinos fundamental, médio e técnico. Os cardápios são elaborados por nutricionistas sendo oferecidos 15 cardápios diferentes, aos alunos da rede pública municipal e estadual de Campinas, que atendem também os estudantes que possuem intolerâncias e restrições alimentares (PMC, 2025).

Nos últimos seis anos, foram comprados os seguintes produtos: arroz, doce de banana, fruta, verdura, legume, iogurte, leite em pó integral, manteiga, suco

integral de maçã e de uva. Do total de produtos adquiridos da agricultura familiar, 59% foram oriundos do estado de SP e 41% do estado do Rio Grande do Sul.

A priorização de seleção dos projetos de venda é feita primeiramente no município de Campinas; depois nos municípios da região de Campinas (Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Elias Fausto, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo); nos municípios da região intermediária de Campinas (Amparo, Araras, Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Mogi Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo e Mococa); demais municípios do Estado de São Paulo e por último nos municípios de outros Estados do Brasil.

Em 2023, os recursos destinados à alimentação escolar no município somaram R\$ 215.170.682,80, sendo 49% de origem federal, 16% estadual e 35% municipal. A média de refeições servidas diariamente ultrapassa 290 mil, o que evidencia a dimensão e a relevância do programa para a garantia do direito à alimentação das crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

O município também se destaca pela crescente destinação de recursos do PNAE para a agricultura familiar. Em 2023, 29,20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aplicados na alimentação escolar foram investidos em gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar. Em 2024, esse índice foi ampliado para 50%, superando a exigência legal mínima de 30% estabelecida pela legislação federal. Esse avanço reforça a articulação entre o PNAE, o fortalecimento da produção local e as estratégias de abastecimento sustentável e descentralizado no território de Campinas (PMC-SME-DAE-CONUTRI).

6.5 Agricultura Urbana e Periurbana

Conforme informações do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional - Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Campinas, o município de Campinas estruturou suas ações de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) por meio do Programa Campinas Solidária e Sustentável, instituído pela Lei nº 16.183 de 2021 e regulamentado pelo Decreto nº 23.389 de

2024. O programa estabelece diretrizes para a ocupação de terrenos urbanos vazios com atividades de agricultura urbana, integrando ações intersetoriais com foco em sustentabilidade, segurança alimentar e inclusão social.

Os principais objetivos do programa incluem:

- Garantir o acesso a alimentos in natura;
- Estabelecer cadeias curtas de abastecimento alimentar;
- Gerar emprego e renda;
- Viabilizar o acesso a espaços verdes urbanos;
- Fomentar a economia circular e a redução de perdas e desperdícios na cadeia de alimentos;
- Estimular a construção de uma cidade sustentável e resiliente aos impactos das mudanças climáticas.

A prefeitura de Campinas desenvolve e apoia iniciativas de AUP, consolidando seu compromisso com a promoção da segurança alimentar, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento territorial. Essas ações são articuladas de forma intersetorial por 12 secretarias municipais, conforme previsto em legislação vigente, com coordenação formalizada no Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN).

As políticas públicas municipais oferecem uma base sólida de apoio técnico e material aos agricultores urbanos, por meio do fornecimento ou subsídio de:

- Água e energia elétrica;
- Acesso a terrenos ociosos mapeados;
- Compostos orgânicos e insumos agrícolas;
- Ferramentas, maquinários, sementes e mudas;
- Assistência técnica especializada;
- Espaços adequados para a comercialização e distribuição dos alimentos.

Apesar desse amplo suporte, a prefeitura ainda não realiza a aquisição direta da produção da agricultura urbana, representando uma oportunidade de aprimoramento das políticas de fomento aos circuitos locais de comercialização e abastecimento público.

O Programa Campinas Solidária e Sustentável conta com o apoio de diversas instituições parceiras, entre as quais se destacam universidades, centros de pesquisa, ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público, coletivos, associações e entidades privadas sem fins lucrativos, como a Fundação FEAC.

Além disso, o município promove ações de intercâmbio de saberes e práticas agroecológicas entre os agricultores, com foco na formação continuada e no fortalecimento das redes de apoio técnico e comunitário.

As iniciativas de AUP estão devidamente contempladas nos instrumentos oficiais de planejamento e orçamento da administração pública municipal, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A prefeitura também realiza o mapeamento técnico de áreas urbanas ociosas com potencial para agricultura, o que viabiliza a expansão territorial das ações e o uso racional do solo urbano.

A agricultura urbana e periurbana está inserida de forma transversal em diversos planos e programas estratégicos do município, como:

- Plano de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plano ou Programa Municipal de Áreas Verdes;
- Plano da Primeira Infância Campineira;
- Plano ou Programa Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Essa articulação demonstra o comprometimento da cidade de Campinas com uma abordagem integrada de resiliência urbana, justiça socioambiental e promoção da saúde pública.

Conforme dados levantados pelo DSAN - SMDAS, no Programa Campinas Solidária e Sustentável estão cadastradas 106 hortas urbanas, 60 hortas institucionais e 46 hortas comunitárias, totalizando 212 hortas no município de Campinas (Tabela 15).

A definição de hortas para a caracterização foi feita na lei que institui o programa, 16.183/2021, art. 2º:

II - hortas comunitárias: áreas públicas ou privadas organizadas de forma comunitária por coletivos, associações ou cooperativas, com finalidade de produção para autoconsumo e/ou geração de renda, garantindo boas práticas agroambientais e transição agroecológica;

III - hortas institucionais: espaços em áreas públicas ou privadas organizados em canteiros de cultivo, em sistema suspenso, vertical, de vasos e outros, sujeitos a técnicas de produção não mecanizadas e destinados a produção agrícola, terapia ocupacional, lazer e/ou aprendizagem, em meio de produção biológica, garantindo boas práticas agroambientais e transição agroecológica;

IV - hortas urbanas: áreas particulares ou públicas organizadas por pessoa física ou jurídica e constituídas para a produção agrícola com finalidade de produção para autoconsumo e/ou geração de renda, garantindo boas práticas agroambientais e transição agroecológica;

O cadastramento da população no programa evidencia que iniciativas de ordem familiar/individual têm predominância no município, nos dados apresentados a seguir as iniciativas de hortas comunitárias, não revelam os espaços coletivizados, mas sim cadastros individuais que se organizam em coletivos.

Tabela 15. Hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.

Região	Horta			Total
	Urbana	Institucional	Indivíduos em áreas Comunitárias	
Norte	50	5	32	87
Sul	1	14	0	15
Leste	0	5	0	5

Sudoeste	53	3	0	56
Noroeste	4	29	12	47
Total	108	56	44	210

Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Considerando o total de participantes, cerca de 52% são homens, 44% mulheres e 4% estavam sem informação (Tabela 16).

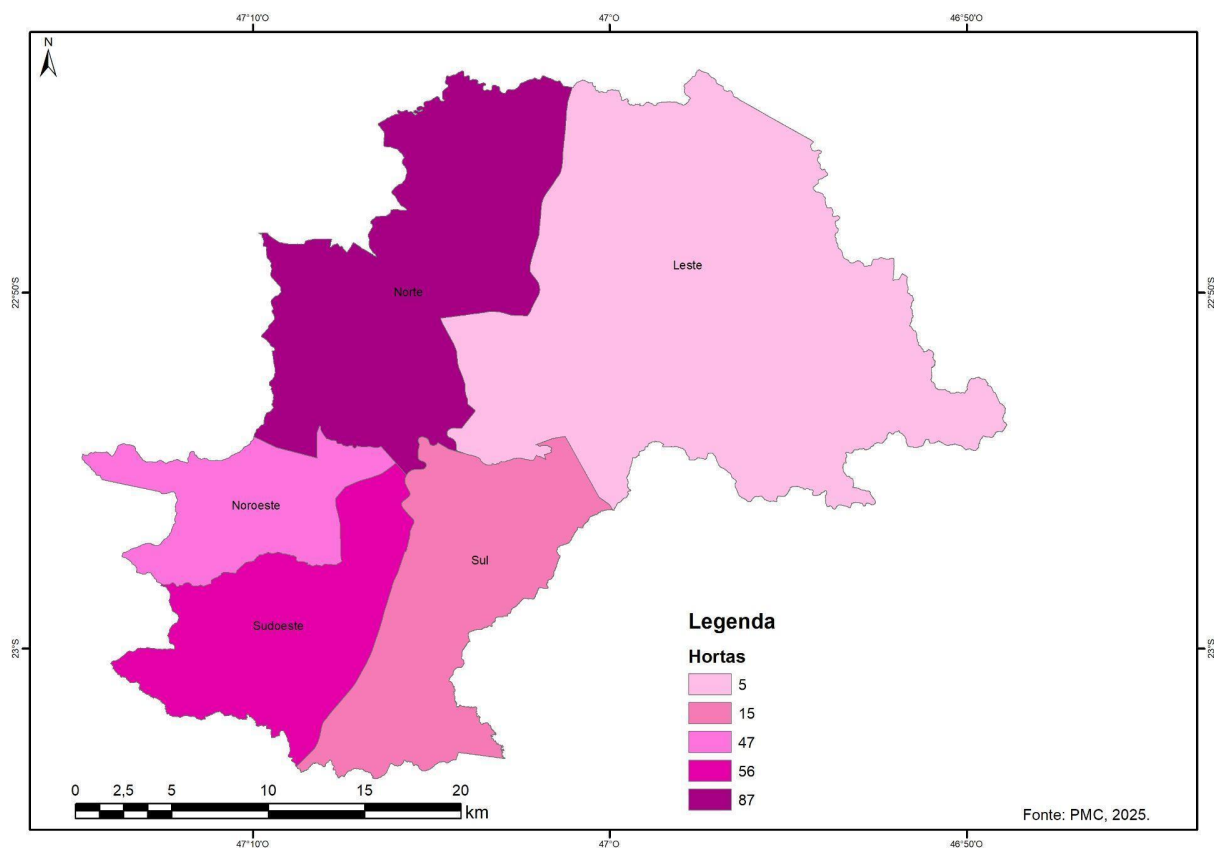
Tabela 16. Participantes das hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.

Região	Nº de participantes	Homem	Mulher
Norte	87	50	37
Sul	15	7	8
Leste	5	0	5
Sudoeste	56	40	16
Noroeste	47	20	27
Total	210	117 (55%)	93 (44%)

Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

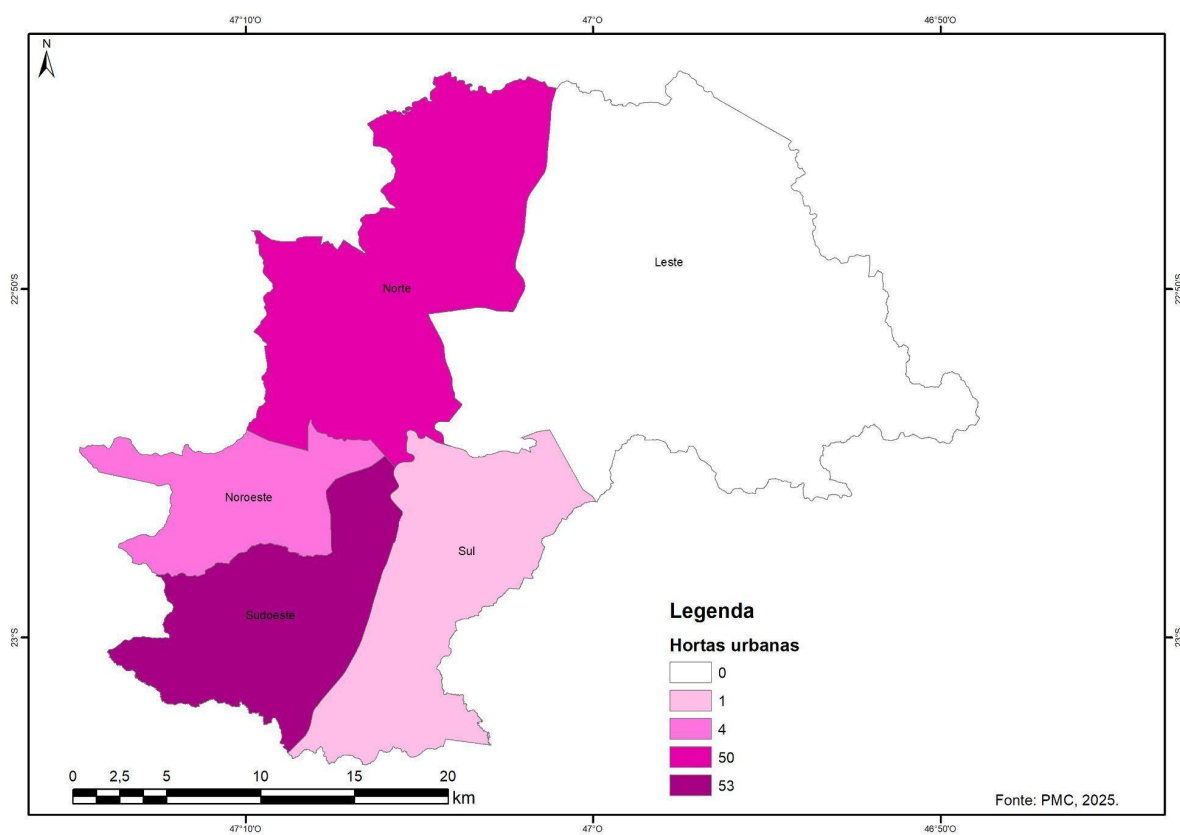
As regiões estabelecidas para mapeamento das hortas não coincidem com as Regiões Administrativas de Assistência Social (PMC, 2025). Sendo assim, as hortas localizadas na zona oeste foram mapeadas como zona noroeste e as hortas localizadas no centro foram mapeadas como zona sul (Figuras 20 a 26).

Figura 20. Total de hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



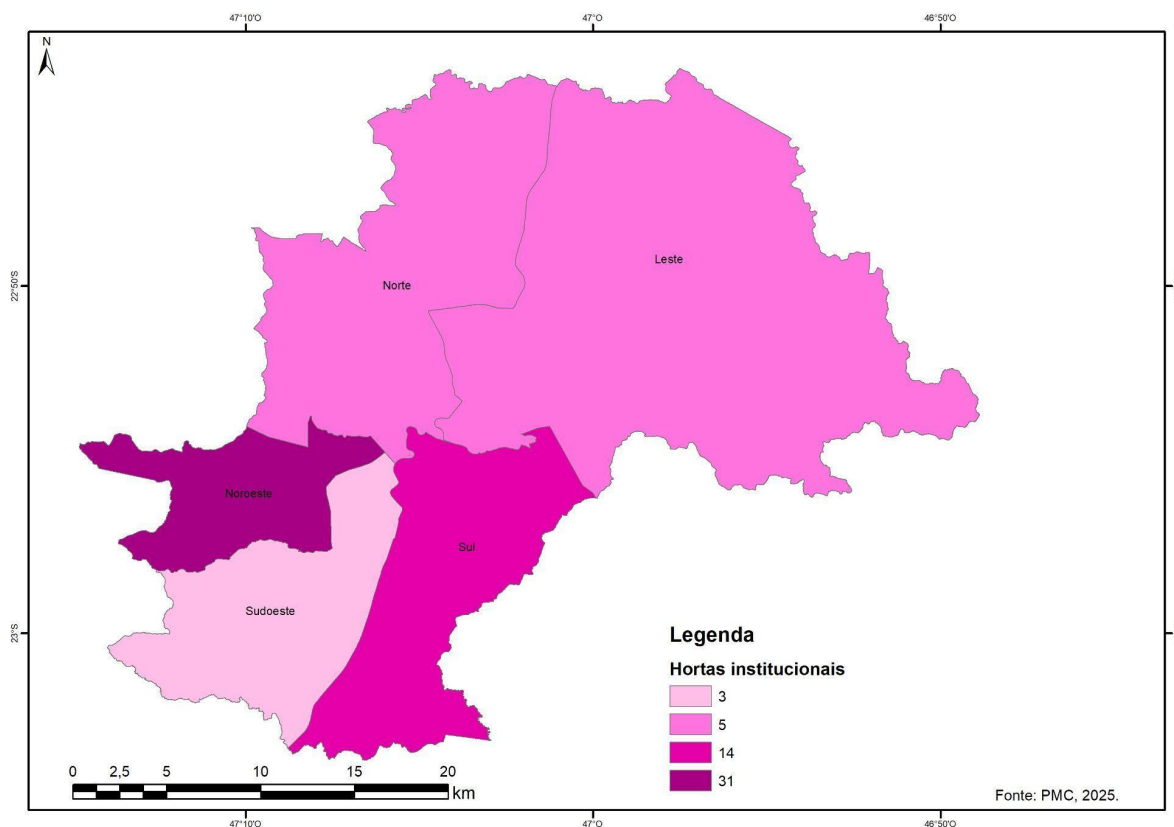
Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 21. Hortas urbanas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



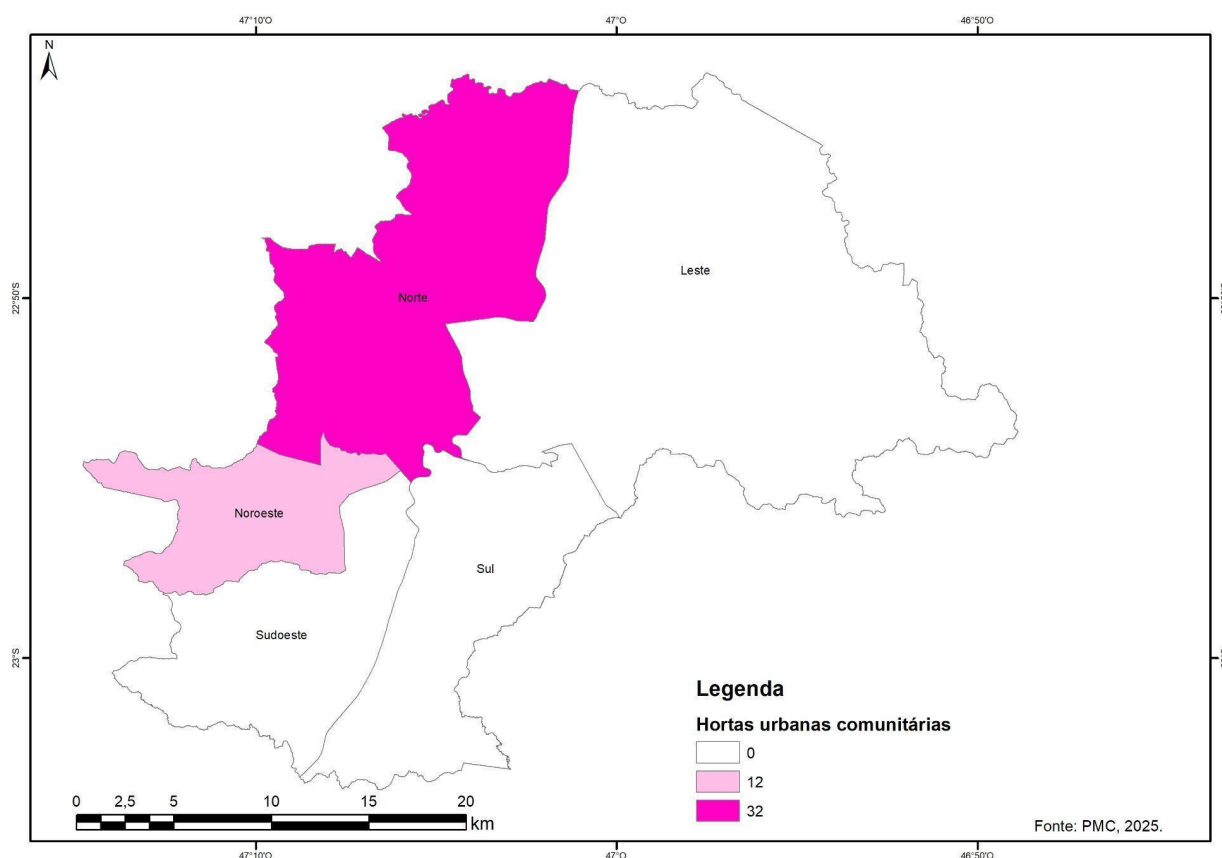
Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 22. Hortas institucionais cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



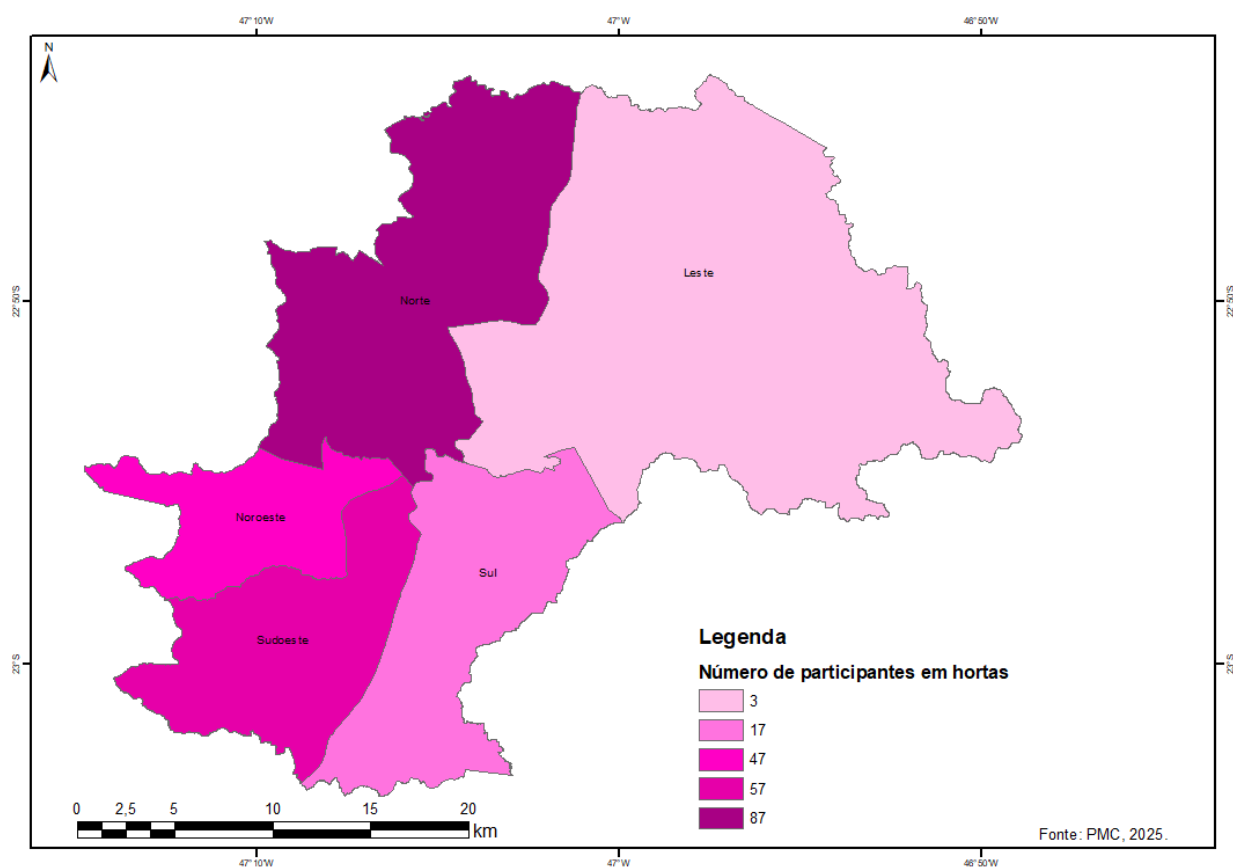
Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 23. Iniciativas individuais em áreas urbanas comunitárias cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



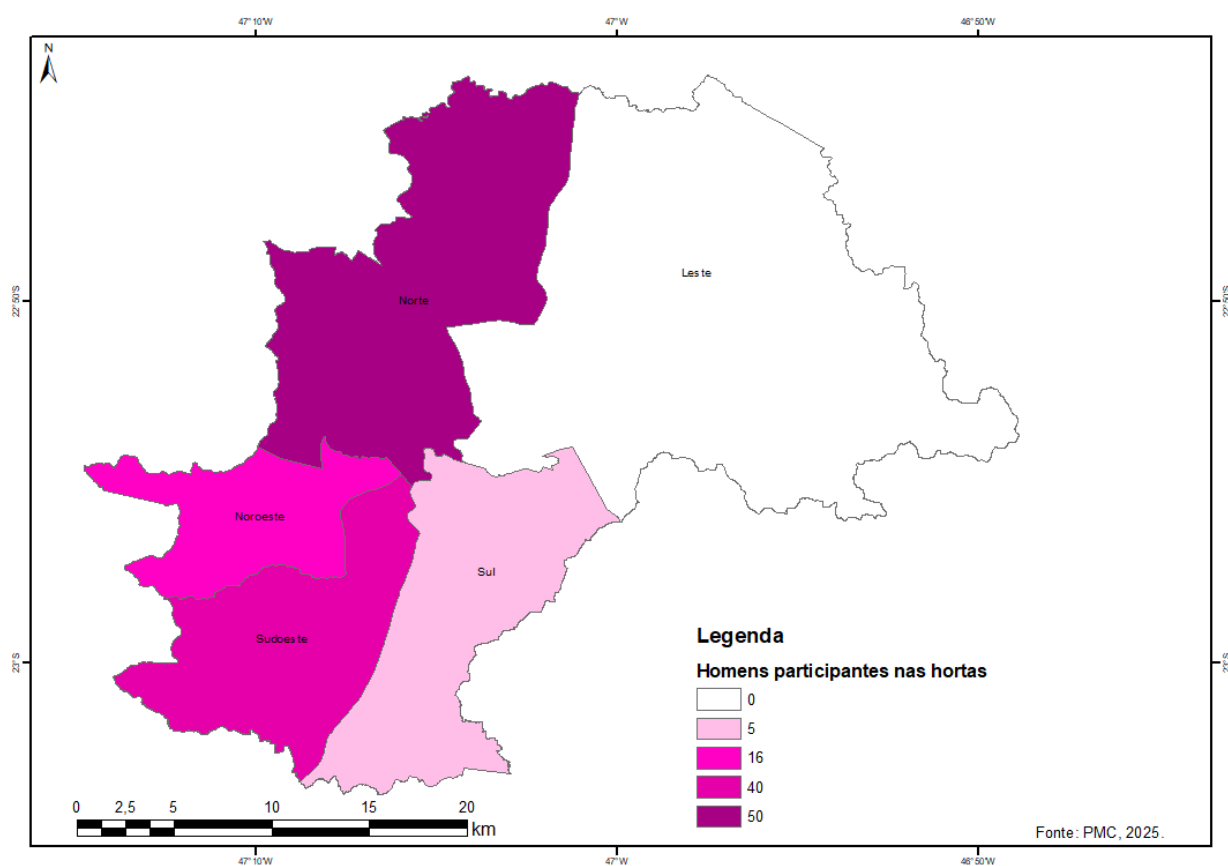
Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 24. Participantes das hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



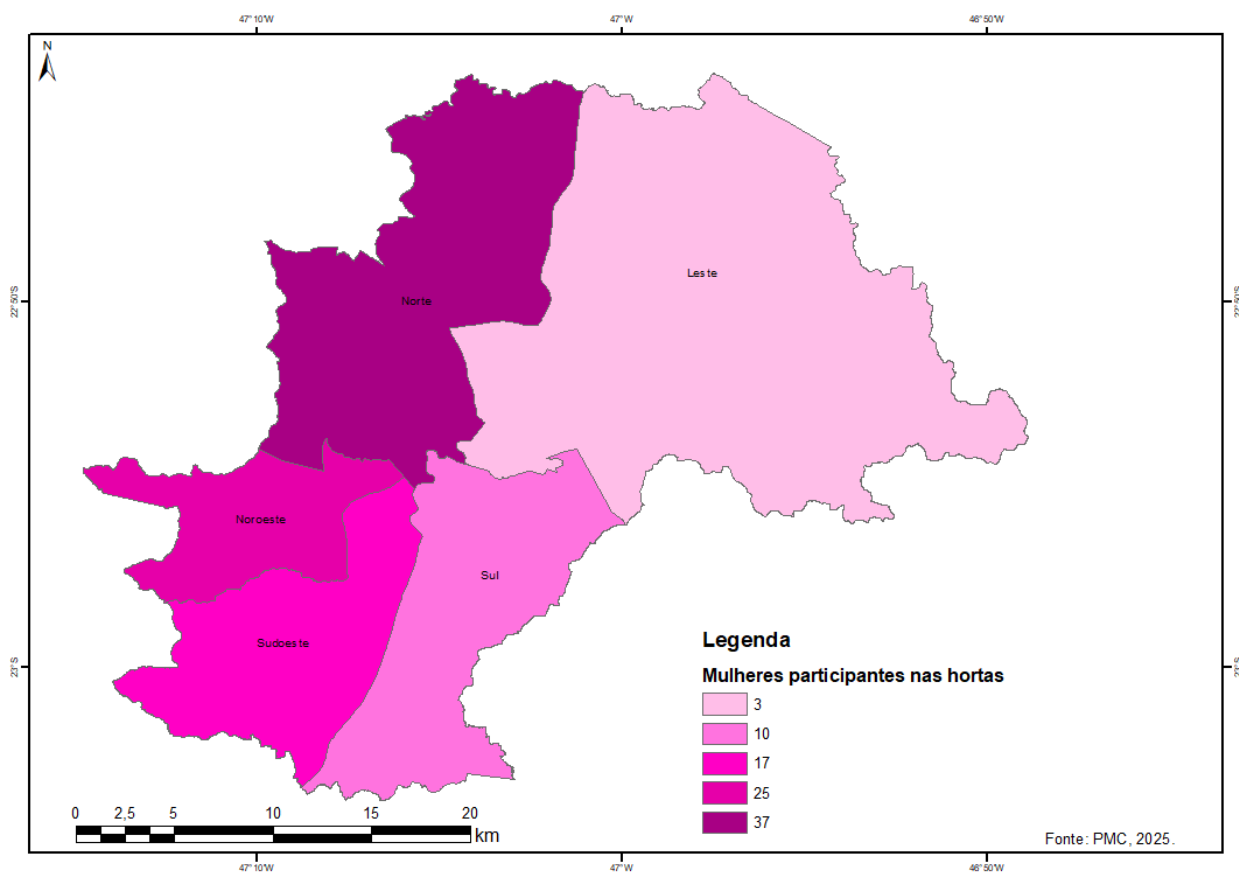
Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 25. Homens participantes das hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

Figura 26. Mulheres participantes das hortas cadastradas no Programa Campinas Solidária e Sustentável, do município de Campinas, nos anos de 2022 a 2025.



Fonte: Dados do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Campinas.

6.6 Fomento às Atividades Produtivas Rurais

6.6.1 Fortalecimento da Agroecologia e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

A seguir temos uma breve descrição de políticas públicas recém lançadas de atuação do tema da segurança alimentar e da agroecologia (MDA, 2025).

6.6.1.1 PLANAPO

Foi lançado em 2024 pelo Governo Federal em conjunto com 14 ministérios o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) 2024-2027 com o objetivo de atuar para o avanço dos temas de:

- Indução da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, e da sociobiodiversidade.
- Segurança e soberania alimentar e nutricional, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis.
- Segurança hídrica e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas e a conservação ambiental.
- Melhoria de qualidade de vida da população.

Foram criados sete Eixos. O Eixo de Produção pretende apoiar a inclusão produtiva, sistemas agroflorestais, produção agroecológica e de transição agroecológica e agricultura urbana por meio de crédito rural (Pronaf) e fomento rural, projetos de fortalecimento das Rede Ecoforte. Possui uma proposta voltada às mulheres rurais para fortalecimento dos quintais produtivos agroecológicos e da organização produtiva.

O Eixo voltado para o uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza tem a intenção de promover, ampliar e consolidar processos sociais, culturais e políticos de acesso, gestão, manejo, uso e conservação da agrobiodiversidade e natureza.

O Eixo voltado para construção do conhecimento e comunicação tem a proposta de ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos sobre agroecologia e produção orgânica entre as comunidades. Já o da comercialização e consumo objetiva fortalecer e ampliar o acesso, o consumo e a comercialização de alimentos e produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade nas compras públicas e nos mercados privados.

O Eixo Terra e territórios quer garantir o acesso à terra e territórios socioambientalmente protegidos como condição para promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, comunidades quilombolas, assentadas e assentados da reforma agrária e agricultura familiar, por sua vez, consistem no propósito do eixo intitulado acesso à terra e territórios.

Assim como o Eixo da sociobiodiversidade, pretende estimular e promover a produção e o reconhecimento da identidade sociocultural e viabilizar políticas públicas de inclusão socioprodutiva para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores e agricultoras familiares.

O Eixo referente à saúde e cuidados com a vida é voltado para a articulação de políticas, saberes e práticas de cuidados e de vigilância em saúde, destacando e fortalecendo a agroecologia como estratégia de promoção da saúde e de territórios saudáveis e sustentáveis.

6.6.1.2 Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025

Com nova linha para financiamento de máquinas agrícolas de pequeno porte, ampliação do microcrédito rural, com limite específico para a juventude, e criação de fundos que ampliam o acesso ao crédito. Ao todo, serão R\$85,7 bilhões para alavancar a agricultura familiar. Apresenta 10 linhas do Pronaf com redução de taxas.

Pronaf Custeio - produtos da sociobiodiversidade (como babaçu, jambu, castanha do Brasil e licuri): de 3% para 2%.

Pronaf Custeio - produção de alimentos como feijão, arroz, mandioca, leite frutas e verduras: de 4% para 3%.

Pronaf Floresta (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Semiárido (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Mulher (Investimento): para as agricultoras com renda familiar bruta anual de até R\$100 mil: de 4% para 3%.

Pronaf Jovem (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Agroecologia (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Bioeconomia (Investimento): de 4% para 3%.

Pronaf Produtivo Orientado (Investimento): de 4% para 3%.

6.6.1.3 Editais do Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Edital Quintais Produtivos: Visa selecionar organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução do Projeto "Estruturação de quintais e da organização produtiva das mulheres rurais", no valor de R\$30 milhões.
- Edital Organização Produtiva das Mulheres Rurais: Objetiva selecionar organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução do Projeto "Fortalecimento das organizações produtivas e econômicas das mulheres rurais", no valor de R\$30,2 milhões.
- Edital Do Campo à Mesa: transição agroecológica. Selecionar organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projetos voltados ao fortalecimento e ampliação de sistemas de produção agroecológica da Agricultura Familiar e suas organizações, no valor de R\$35 milhões.

6.7 Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

A assistência técnica é realizada pelos técnicos presentes na CATI e no Sindicato Rural de Campinas que se disponibilizam a ir até a propriedade rural, para prestar assistência necessária nas diversas áreas de produção do município,

principalmente para os agricultores familiares, mantendo um contato mais direto com os produtores.

Conforme os dados do último levantamento realizado no município de Campinas, LUPA (2016/2017), 69,7% dos produtores de Campinas não utilizavam assistência técnica e dos que utilizavam, 22,3% utilizam somente a privada, 7% utilizavam a assistência técnica tanto governamental quanto privada e apenas 1,1% a governamental. Com relação à participação em entidades, 20,2% das UPAs tinham participação no Sindicato de Produtores, 8,7% em Associação e 2,1% em Cooperativa (Tabela 17).

Tabela 17. Utilização de assistência técnica e participação em entidades pelos produtores do município de Campinas.

Assistência técnica e participação em entidades	Número de UPAs	Percentual (%)
Não utiliza assistência técnica	529	69,7
Utiliza somente assistência técnica governamental	8	1,1
Utiliza somente assistência técnica privada	169	22,3
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	53	7,0
Faz Parte de Associação de Produtores	66	8,7
Faz Parte de Cooperativa de Produtores	16	2,1
Faz Parte do Sindicato de Produtores	153	20,2

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

Este mesmo levantamento indicou que apenas 24,8% do total das Unidades de Produção Agrícola (UPAs) do município de Campinas realizam análise de solo, 21,5% realizam a calagem, e que somente 13,2% utilizam práticas de conservação de solo, demonstrando que mesmo estando em uma região onde se concentram várias instituições públicas ligadas às ciências agrárias, a adoção de técnicas já consolidadas ainda é muito baixa, indicando a necessidade de ações de conscientização que informem a importância destas práticas aos produtores locais (Tabela 18).

Tabela 18. Utilização de práticas conservacionistas e tecnologias pelos produtores do município de Campinas.

Práticas agrícolas	Número	Percentual	
---------------------------	---------------	-------------------	--

	de UPAs		
Realiza Análise de Solo, quando necessário	188	24,8	total de UPAs
Realiza Calagem	163	21,5	total de UPAs
Utiliza Práticas de Conservação de Solo, quando necessário	100	13,2	total de UPAs
Faz Adubação Mineral, quando necessário	357	47,0	total de UPAs
Faz Adubação Orgânica, quando necessário	276	55,4	somente das UPAs com culturas
Faz Adubação Verde, quando necessário	20	4,0	somente das UPAs com culturas
Utiliza Pastejo Intensivo	86	28,1	somente das UPAs com animais
Faz Mineralização do Rebanho	226	73,9	somente das UPAs com animais
Faz Vermifugação do Rebanho	227	74,2	somente das UPAs com animais

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CDRS/IEA, Projeto LUPA (2017).

6.8 Reforma Agrária

A lei nº 4.504/64, também conhecida como Estatuto da Terra, regula os direitos e obrigações relacionados aos bens imóveis rurais, visando a execução da Reforma Agrária e a promoção da Política Agrícola (BRASIL, 1964).

A Política de Reforma Agrária é um conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade. Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece: A produção de alimentos básicos; o combate à fome e à pobreza; a promoção da cidadania e da justiça social; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade e, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural

O município de Campinas possui o Projeto de Assentamento Casulo Cio da Terra com 11 famílias assentadas. O assentamento Cio da Terra é a horta comunitária do Parque Itajaí, formalmente instituída em 2003, com a cessão de uso de área pública de 1,4 ha pela prefeitura, criada pelo Programa Municipal de Hortas Comunitárias. Enquadrado na modalidade Casulo, a horta urbana é dividida em

áreas para canteiros de 250 a 500 m² por família, produzindo para consumo próprio e venda de excedentes. Ainda que estas modalidades de assentamento sejam consideradas conjuntos de hortas comerciais, as características do “Cio da Terra” o inserem na modalidade horta comunitária (ARRAES, CARVALHO, 2015). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) adota este tipo de assentamento urbano, em parceria com os municípios, com as mesmas bases: o tipo Casulo (INCRA, 2013). Os Projeto de Assentamento modalidade Casulo podem ser criados pelo município e a união pode participar com recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município. O aporte de recursos de Crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) são de responsabilidade do Governo Federal. A infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) podem ser de responsabilidade do Governo municipal. Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas e a titulação é de responsabilidade do município (INCRA, 2025).

O PA Casulo Cio da Terra entrega hortaliças folhosas para o Bom Prato de Campinas e para outros comércios. Não há um contrato com o Bom Prato e as hortaliças são enviadas de acordo com a demanda do Bom Prato.

No ano de 2024, nos meses de julho a novembro, foi entregue um total de 1.882 kg de hortaliças folhosas, no Bom Prato de Campinas. As espécies entregues foram alface, almeirão, cebolinha, coentro, couve, chicória, espinafre, rúcula e salsinha (Tabela 19).

A maior quantidade entregue ocorreu no mês de julho (655 kg) e a menor no mês de novembro (137 kg). As maiores quantidades entregues foram de alface (37,4%) e couve (37,6%). O total produzido de hortaliças folhosas pelo PA Casulo Cio da Terra no ano de 2024 foi de quase 2,5 toneladas.

Tabela 19. Vendas de hortaliças folhosas pelo PA Casulo Cio da Terra ao Bom Prato e outros pontos do município de Campinas no ano de 2024.

Venda de hortaliças									
	Bom Prato							Outros	
Hortaliças	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total (kg)	%	(kg)	Total (kg)

folhosas									
Alface	400	104	57	87	55	703	37,4	210,9	913,9
Almeirão	0	0	86	0	38	124	6,6	37,2	161,2
Cebolinha	10	12	10	7	1,3	40	2,1	12	52
Coentro	13	10	9,5	0	0	33	1,7	9,9	42,9
Couve	145	155	206	175	26	707	37,6	212,1	919,1
Chicória	0	24	66	10	15	115	6,1	34,5	149,5
Espinafre	47	39	0	0	0	86	4,6	25,8	111,8
Rúcula	26	0	0	0	0	26	1,4	7,8	33,8
Salsinha	14	13	13	6	2	48	2,6	14,4	62,4
Total (kg)	655	357	448	285	137	1.882		564,6	2.446,6

Fonte: Informação pessoal de Fátima Alzira, liderança do Casulo Cio da Terra da Horta do Itajaí, Campinas, SP.

6.9 Estrutura de Abastecimento

6.9.1 CEASA Campinas: perfil institucional e dados de abastecimento

Como descrito na seção 2.3, a CEASA Campinas se insere em uma infraestrutura logística estratégica para o abastecimento alimentar da RMC e de diversas outras regiões do estado de São Paulo. Trata-se de um dos principais entrepostos atacadistas do país, responsável por conectar produtores — de diferentes portes e origens — a comerciantes, redes varejistas, instituições públicas e programas governamentais.

Em 2024, a CEASA Campinas recebeu aproximadamente 586,4 mil toneladas de produtos hortifrutigranjeiros. Desse total, as frutas representaram 53% da oferta (308,9 mil toneladas), enquanto as hortaliças somaram 247,1 mil toneladas (47%). O segmento de ovos, ainda que com menor volume (3,4 mil toneladas), destaca-se pelo alto valor agregado. Dentre as hortaliças, os grupos predominantes foram raízes, bulbos, tubérculos e rizomas (59%), seguidos pelas hortaliças do tipo fruto (34%) e de folha, flor e caule (7%).

O valor referencial da oferta movimentada no entreposto alcançou R\$ 2,98 bilhões em 2024. As frutas responderam por R\$ 1,58 bilhão (R\$ 5,12/kg), as hortaliças por R\$ 1,37 bilhão (R\$ 5,00/kg) e os ovos por R\$ 28,7 milhões (R\$

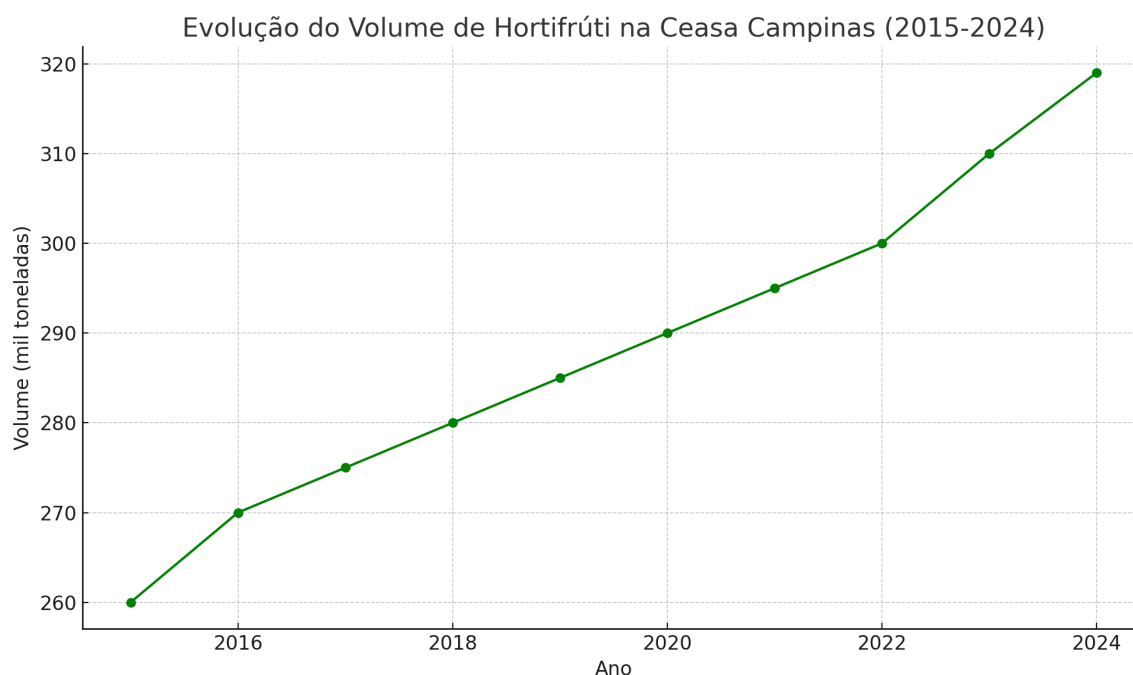
8,42/kg). A média ponderada geral dos produtos comercializados foi de R\$ 5,08/kg.

A procedência dos alimentos é majoritariamente nacional, com destaque para os estados de São Paulo (44,5%), Minas Gerais (10,13%), Paraná (7,99%), Bahia (7,89%), Santa Catarina (5,85%) e Goiás (5,72%). Os produtos vieram de 873 municípios brasileiros, sendo a Região Metropolitana de Campinas responsável por cerca de 44,3 mil toneladas — aproximadamente 7,5% da oferta total. Entre os municípios da RMC, destacam-se Campinas (17,2 mil toneladas), Santo Antônio de Posse, Engenheiro Coelho, Paulínia, Itatiba, Sumaré, Artur Nogueira e Monte Mor.

Além de suas atividades comerciais, a CEASA abriga equipamentos e iniciativas vinculadas à política municipal de SAN, como o BAC — voltado à doação de excedentes a famílias em situação de vulnerabilidade — e atua como plataforma para programas de compras públicas, como o PNAE e o PAA.

A central administra também três mercados públicos de varejo no município: o Hortoshopping Ouro Verde, o Complexo Miguel Vicente Cury (Terminal Central) e o Terminal Barão Geraldo. Esses equipamentos integram o sistema alimentar urbano de Campinas, aproximando a oferta de alimentos frescos da população e fortalecendo circuitos curtos de comercialização.

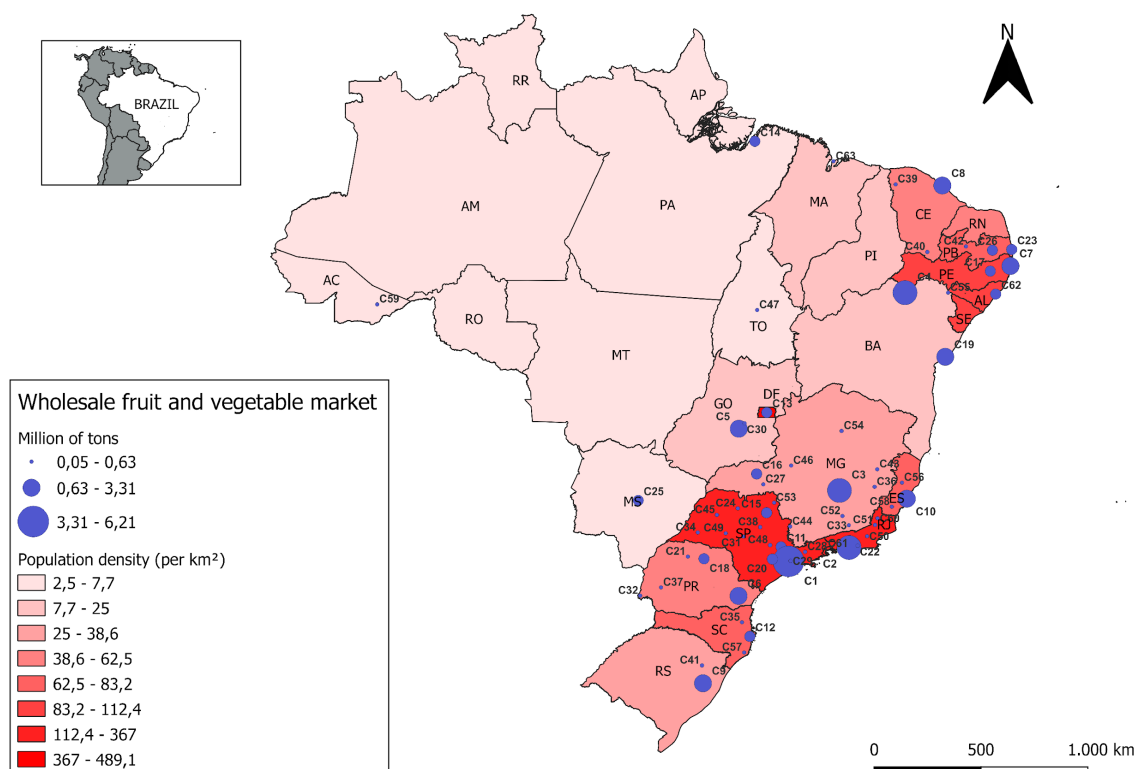
Gráfico 26. Evolução do volume de hortifrúti na CEASA Campinas (2015-2024).



Fonte: CONAB (PROHORT)
<https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/hortigranjeiros-prohort>

A Figura 27 ilustra a relação entre a densidade populacional e os volumes comercializados nos principais mercados atacadistas de frutas e hortaliças no Brasil, destacando a CEASA Campinas como um dos mais expressivos centros de abastecimento do país. Sua relevância se reflete tanto na quantidade de alimentos movimentados quanto em sua ampla área de influência, que abrange a Região Metropolitana de Campinas e outras regiões do interior paulista.

Figura 27. Densidade populacional e volumes de negociação por mercado atacadista de frutas e vegetais durante o período de 2017 a 2023.



Legend: C1: São Paulo - SP; C2: Rio de Janeiro - RJ; C3: Belo Horizonte - MG; C4: Juazeiro - BA; C5: Goiânia - GO; C6: Curitiba - PR; C7: Recife - PE; C8: Fortaleza - CE; C9: Porto Alegre - RS; C10: Vitória - ES; C11: Campinas - SP; C12: Florianópolis - SC; C13: Brasília - DF; C14: Belém - PA; C15: Ribeirão Preto - SP; C16: Uberlândia - MG; C17: Caruaru - PE; C18: Londrina - PR; C19: Salvador - BA; C20: Sorocaba - SP; C21: Maringá - PR; C22: São Gonçalo - RJ; C23: João Pessoa - PB; C24: São José do Rio Preto - SP; C25: Campo Grande - MS; C26: Campina Grande - PB; C27: Uberaba - MG; C28: São José dos Campos - SP; C29: Santo André - SP; C30: Anápolis - GO; C31: Bauru - SP; C32: Foz do Iguaçu - PR; C33: Juiz de Fora - MG; C34: Presidente Prudente - SP; C35: Blumenau - SC; C36: Caratinga - MG; C37: Cascavel - PR; C38: Araraquara - SP; C39: Tianguá - CE; C40: Barbalha - CE; C41: Caxias do Sul - RS; C42: Patos - PB; C43: Governador Valadares - MG; C44: Poços de Caldas - MG; C45: Araçatuba - SP; C46: Patos de Minas - MG; C47: Palmas - TO; C48: Piracicaba - SP; C49: Marília - SP; C50: Nova Friburgo - RJ; C51: Itaocara - RJ; C52: Barbacena - MG; C53: Franca - SP; C54: Montes Claros - MG; C55: Paulo Afonso - BA; C56: Colatina - ES; C57: Tubarão - SC; C58: Cachoeiro do Itapemirim - ES; C59: Rio Branco - AC; C60: São José de Ubá - RJ; C61: Paty do Alferes - RJ; C62: Maceió - AL; C63: São Luís - MA.

6.9.2 Equipamentos públicos e privados de varejo e mercados municipais

Campinas conta com dois mercados municipais centrais. O Mercado Campineiro, na Rua Barão de Jaguará, possui mais de 40 estabelecimentos voltados à venda

de alimentos e produtos regionais. Já o Mercado Municipal, inaugurado em 1908 e tombado como patrimônio histórico, conta com 143 boxes (98 internos e 45 externos) e ampla variedade de alimentos e serviços.

6.9.3 Sistema de Feiras Livres

O município de Campinas apresenta uma rede robusta e diversificada de feiras orgânicas(IDECA, 2025), distribuídas estrategicamente por diferentes regiões da cidade. Essa rede desempenha papel fundamental na promoção da segurança alimentar, no fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e na dinamização das economias locais, conectando diretamente pequenos produtores rurais, agricultores urbanos e consumidores.

Região Central: Na região central, destacam-se três importantes pontos de comercialização de alimentos orgânicos:

- Feira Orgânica no Bosque dos Jequitibás, realizada às quartas-feiras, consolidada como uma das mais tradicionais da cidade.
- Feira no Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes, que ocorre às sextas-feiras, atendendo à população da região central e bairros adjacentes.
- Ponto de venda de produtos orgânicos no Mercado Municipal e no Largo do Pará, funcionando aos domingos, que amplia o acesso dos consumidores urbanos aos produtos de base agroecológica.

Região Norte / Barão Geraldo e Parque Ecológico: Na zona norte e no distrito de Barão Geraldo, encontram-se feiras que atendem tanto à população urbana quanto aos públicos universitário e científico:

- Feira no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, aos domingos, ponto de referência na cidade.
- Banca no Parque Taquaral, realizada aos sábados, com ampla participação de produtores locais.

- Feiras comunitárias na Cidade Universitária e no bairro de Sousas, que fortalecem a economia solidária e a produção local, articuladas com iniciativas de sustentabilidade e consumo consciente.

Bairros Residenciais e Periféricos: Além dos polos centrais e norte, as feiras se expandem para bairros residenciais e periféricos, com funcionamento predominantemente aos sábados e domingos, abrangendo:

- Cambuí, Botafogo, Castelo, Jardim Santa Mônica, Vila Industrial, Jardim Nova Europa, Vila Padre Anchieta, Jardim Campos Elíseos, Jardim Leonor, Jardim Monte Cristo, Jardim São Marcos, Jardim São Pedro, Jardim Vista Alegre, Parque Dom Pedro II, Vila União, Vila Boa Vista e Vila Marieta, entre outros.

Essa distribuição garante capilaridade no acesso aos alimentos orgânicos e agroecológicos, promovendo inclusão social, fortalecimento de territórios e geração de renda para agricultores familiares.

Polo Logístico / Intraurbano: Um destaque relevante no sistema de abastecimento é a Feira Orgânica da CEASA Campinas, que ocorre aos sábados, das 8h às 13h, no Píer de Flores. A CEASA reúne em torno de 10 produtores orgânicos certificados, que representam famílias de aproximadamente 30 municípios da RMC. Esse polo integra a logística atacadista com a comercialização direta ao consumidor final, reforçando os princípios da economia agroecológica.

Atualmente, Campinas conta com um total aproximado de 17 a 19 feiras fixas de produtos orgânicos, com regularidade semanal, distribuídas de terça a domingo, com maior concentração nos finais de semana. Essa rede representa não apenas espaços de comercialização, mas também de educação ambiental, fortalecimento da agroecologia e promoção da soberania alimentar.

A distribuição territorial das feiras orgânicas em Campinas demonstra:

- Ampla cobertura e acessibilidade, com presença nos centros urbanos, bairros periféricos e espaços institucionais, assegurando o acesso democrático e descentralizado aos alimentos saudáveis.

- Integração institucional sólida, envolvendo organizações da sociedade civil, como a ANC (Associação de Agricultura Natural), gestão pública municipal, movimentos comunitários e os próprios feirantes.
- Periodicidade diversa, com feiras operando de terças a domingos, permitindo que diferentes públicos e territórios acessem produtos orgânicos ao longo da semana.
- Multiplicidade de públicos e de espaços, com feiras localizadas em praças, parques, centros culturais e espaços logísticos, evidenciando a consolidação de um modelo de abastecimento urbano sustentável, inclusivo e resiliente.

Este sistema de feiras configura-se como uma das principais estratégias para fortalecer os sistemas agroalimentares locais, promover a economia solidária, reduzir a pegada ambiental do consumo e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável em Campinas.

As feiras livres são responsáveis pela circulação de alimentos frescos, muitas vezes diretamente produzidos por agricultores familiares e pequenos produtores, tanto rurais quanto urbanos.

Atualmente, Campinas conta com uma rede de mais de 100 feiras livres, distribuídas por todas as macrorregiões da cidade. Essas feiras ocorrem tanto em períodos diurnos como noturnos e estão organizadas segundo a seguinte lógica:

- Feiras por macrorregião: Norte, Sul, Leste, Oeste, Noroeste, Sudoeste e Centro, abrangendo bairros como Barão Geraldo, Ouro Verde, Vila Industrial, Guanabara, Cambuí, Santa Mônica, Castelo, Nova Europa, Vila União, Jardim Campos Elíseos, entre outros.
- Feiras Noturnas: Em expansão desde 2019, atualmente ocorrem em mais de 25 localidades, oferecendo uma alternativa de acesso a alimentos frescos fora do horário comercial.

As feiras funcionam como pontos de comercialização direta, estimulando cadeias curtas de distribuição, redução de intermediações e fortalecimento da economia

local. Além disso, desempenham papel social e cultural relevante, como espaço de convivência comunitária e promoção da economia solidária.

Mercados Municipais de Campinas

Campinas também conta com dois importantes mercados municipais, que são equipamentos estratégicos de abastecimento:

1. Mercado Campineiro: Localizado na Rua Barão de Jaguará, nº 988, no centro da cidade, reúne mais de 40 estabelecimentos comerciais voltados à venda de alimentos, produtos regionais e serviços. Funcionamento: Segunda a sexta das 8h às 18h30; sábados das 8h às 16h; domingos das 8h às 12h.
2. Mercado Municipal: Inaugurado em 1908 e tombado como patrimônio histórico, está localizado no quadrilátero entre as ruas Benjamim Constant, Ernesto Kullman, Barreto Leme e Álvares Machado. Conta com 143 boxes, sendo 98 internos e 45 externos, oferecendo ampla variedade de alimentos, produtos frescos, especiarias e serviços. Funcionamento: Segunda a sábado das 7h às 18h30; domingos das 7h às 12h.

Análise Técnica e Estratégica

A análise da estrutura de abastecimento de Campinas revela um sistema híbrido, no qual o grande polo atacadista, como a CEASA Campinas, coexistem com redes varejistas privadas, feiras livres e mercados municipais. Este arranjo fortalece a segurança alimentar urbana, permite o escoamento da produção local e regional e reduz as vulnerabilidades associadas à concentração de canais de distribuição.

A expansão das feiras noturnas, a manutenção dos mercados municipais e o fortalecimento das feiras orgânicas e agroecológicas representam não apenas uma estratégia de acesso a alimentos saudáveis, mas também uma resposta concreta às demandas contemporâneas por sustentabilidade, resiliência urbana e apoio à agricultura familiar e aos pequenos produtores.

As Feiras Livres e Orgânicas na Dinâmica do Abastecimento de Campinas

O município de Campinas apresenta uma rede robusta e diversificada de feiras, que desempenham papel fundamental na segurança alimentar, na economia local e no fortalecimento das cadeias curtas de comercialização. Estas feiras, organizadas em dois grandes grupos — feiras livres convencionais e feiras orgânicas/agroecológicas —, estruturam-se como componentes estratégicos dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos.

Feiras Livres de Campinas: Abastecimento Popular e Logística Urbana

O sistema de feiras livres de Campinas é composto por mais de 100 feiras ativas, distribuídas pelas sete macrorregiões administrativas da cidade, com funcionamento regular durante todos os dias da semana, incluindo turnos matutinos, vespertinos e noturnos.

Estas feiras são organizadas em:

Feiras diurnas (manhã e tarde): realizadas tradicionalmente nas principais praças e vias dos bairros.

Feiras noturnas: uma inovação consolidada no município, permitindo que consumidores que trabalham durante o dia também possam acessar alimentos frescos no período da noite.

A distribuição geográfica revela forte capilaridade territorial, com feiras presentes em bairros centrais como Cambuí, Guanabara e Vila Industrial, além de regiões periféricas e de expansão urbana como Vila União, Jardim Campos Elíseos, Parque Dom Pedro, Jardim Santa Mônica, Ouro Verde, Barão Geraldo e Sousas.

As feiras livres são espaços fundamentais para a comercialização de alimentos in natura e minimamente processados, incluindo frutas, legumes, verduras, pescados, carnes e produtos derivados. A sua importância não reside apenas na dimensão econômica, mas também na promoção da sociabilidade, na preservação de hábitos culturais e na garantia do acesso a alimentos frescos e acessíveis.

Feiras Orgânicas e Agroecológicas: Circuitos Alternativos e Sustentáveis

Complementarmente às feiras livres, Campinas conta com uma rede consolidada de 19 feiras orgânicas e agroecológicas, que operam em diversos bairros, parques e centros culturais. Diferentemente das feiras livres convencionais, estas são organizadas por redes de agricultores familiares orgânicos, grupos de consumo, associações como a ANC e coletivos de agroecologia.

As feiras orgânicas não apenas oferecem alimentos livres de agrotóxicos e insumos químicos, mas também promovem uma nova lógica de abastecimento baseada em:

- Sustentabilidade socioambiental, por meio da valorização de práticas agrícolas regenerativas.
- Relações de comércio justo, que favorecem diretamente os produtores e encurtam as cadeias logísticas.
- Engajamento comunitário e educação alimentar, integrando atividades culturais, oficinas e espaços de convivência.

Análise Territorial e Econômica Integrada

A análise integrada das feiras livres e das feiras orgânicas em Campinas demonstra um sistema alimentar urbano multifacetado, no qual coexistem:

- Canais tradicionais de abastecimento popular, via feiras livres;
- Canais alternativos de abastecimento sustentável, via feiras agroecológicas e orgânicas.

Enquanto as feiras livres garantem o acesso amplo e democrático à alimentação básica, com preços competitivos e cobertura territorial abrangente, as feiras orgânicas oferecem uma alternativa baseada em sustentabilidade, saúde, produção local e fortalecimento da agricultura familiar.

Ambas as redes contribuem para: (1) A segurança alimentar e nutricional da população; (2) A geração de trabalho e renda para feirantes, pequenos produtores rurais, agricultores urbanos e suas famílias; (3) A redução das intermediações comerciais, fortalecendo circuitos curtos de produção e consumo

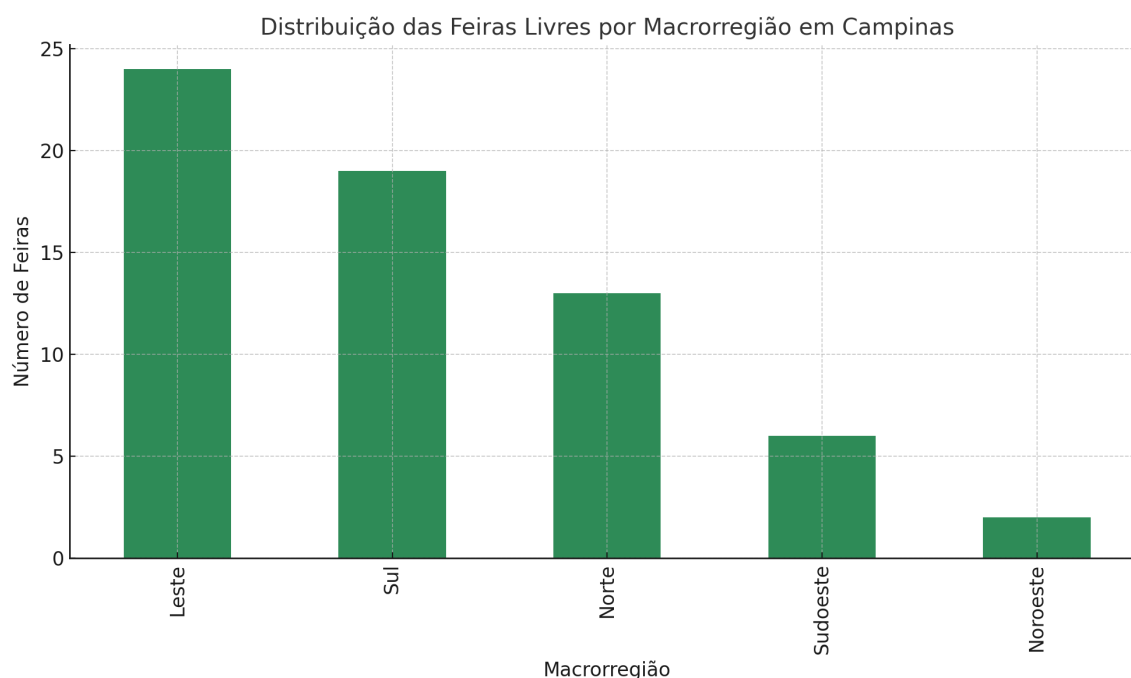
e (4) A valorização dos espaços públicos como locais de encontro, cultura, educação e cidadania alimentar.

Desafios e Perspectivas

Apesar da relevância socioeconômica e ambiental, tanto as feiras livres quanto as orgânicas enfrentam desafios, como: (1) Necessidade de modernização das infraestruturas físicas; (2) Expansão dos modelos noturnos e itinerantes; (3) Fortalecimento das políticas públicas de apoio aos agricultores urbanos, periurbanos e rurais; (4) Integração mais eficiente com os programas institucionais de compras públicas, como o PNAE e o PAA; (5) Promoção de campanhas de educação alimentar, sustentabilidade e fortalecimento do consumo responsável.

Por outro lado, as perspectivas são promissoras, especialmente diante do aumento da demanda por alimentos saudáveis, da valorização da agricultura urbana e da crescente conscientização ambiental.

O sistema de feiras de Campinas, tanto livres quanto orgânicas, é um pilar estratégico para a construção de uma Cidade resiliente, sustentável e socialmente justa. Sua manutenção, expansão e fortalecimento são fundamentais para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à segurança alimentar, às mudanças climáticas, à inclusão socioeconômica e à promoção de sistemas alimentares sustentáveis.

Gráfico 27. Distribuição das Feiras Livres por Macrorregião em Campinas

Fonte: Elaboração própria. Serviços Técnicos Gerais – Setec. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <https://redeinterna.setec.sp.gov.br/site/solo-feira>

O gráfico acima apresenta a distribuição das feiras livres por macrorregião em Campinas, evidenciando a forte capilaridade deste sistema de abastecimento em todo o território urbano.

6.10 Distribuição Territorial dos Pântanos Alimentares em Campinas

Apesar da robustez da infraestrutura, 33,5% da população vive em desertos alimentares e 19% em pântanos alimentares. Isso se deve à concentração dos equipamentos nas regiões centrais e à prevalência de modelos de distribuição baseados na lógica de mercado, excluindo populações vulneráveis.

A identificação dos chamados “pântanos alimentares” (*food swamps*) na cidade de Campinas revela um padrão de desigualdade socioespacial no acesso à alimentação saudável. Diferentemente dos desertos alimentares — onde há ausência ou escassez de pontos de venda de alimentos —, os pântanos alimentares são caracterizados pela alta concentração de estabelecimentos que ofertam majoritariamente alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutricional, em detrimento de alimentos frescos e saudáveis.

No contexto urbano de Campinas, a análise das Administrações Regionais (ARs) evidencia que os pântanos alimentares estão geograficamente concentrados em áreas com maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica, refletindo a intersecção entre precarização das condições urbanas, desigualdade de renda e desequilíbrio na distribuição dos sistemas de abastecimento.

Os principais territórios classificados como pântanos alimentares no município incluem:

- AR 04: abrangendo bairros como São Marcos, Santa Mônica e Amarais, regiões marcadas por processos de urbanização periférica e menor densidade de equipamentos públicos de abastecimento, como feiras livres e mercados municipais.
- AR 05: composta pelos bairros Jardim Garcia, Jardim Londres e Vila Padre Manoel de Nóbrega, com características de periferia consolidada, onde predomina a oferta de alimentos ultraprocessados via mercados de conveniência, fast-food, bares e pequenos comércios, com baixa presença de feiras e hortifrutis.
- AR 06: envolvendo os bairros São Bernardo, Jardim do Lago, Itaguaçu e Reforma Agrária, que combinam bolsões de vulnerabilidade urbana com baixa densidade de pontos de venda de alimentos frescos e acessíveis.
- AR 09: região dos bairros Carlos Lourenço, Tamoio, Vila Lemos e São Fernando, que, apesar de contar com alguns serviços comerciais, observa-se predominância de estabelecimentos que não priorizam alimentos in natura, o que afeta diretamente a qualidade alimentar da população local.
- AR 12: com destaque para os bairros dos DICs, Recanto do Sol e Campo Belo, territórios historicamente marcados pela vulnerabilidade social e urbana, onde as alternativas de acesso à alimentação saudável são extremamente limitadas, configurando um cenário clássico de pântano alimentar.

A concentração de pântanos alimentares nestas regiões de Campinas impacta diretamente a segurança alimentar e nutricional, aprofundando desigualdades em saúde pública. Populações residentes nesses territórios são mais expostas a uma oferta alimentar baseada em produtos ultraprocessados, ricos em sódio, gorduras saturadas e açúcares, o que contribui para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, hipertensão e dislipidemias.

Além disso, a limitada presença de equipamentos públicos de abastecimento — como feiras livres, mercados municipais, hortas comunitárias e pontos de comercialização de produtos agroecológicos — agrava este cenário, restringindo as possibilidades de acesso a alimentos saudáveis, frescos, diversificados e financeiramente acessíveis.

A configuração dos pântanos alimentares em Campinas não é um fenômeno isolado, mas um reflexo direto dos processos históricos de urbanização desigual, ausência de políticas públicas estruturantes para segurança alimentar e falta de integração entre planejamento urbano, abastecimento e políticas de saúde.

Este cenário exige respostas integradas e intersetoriais, que envolvem:

- Fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, com a expansão de feiras livres, feiras orgânicas e hortas urbanas nos territórios afetados.
- Incentivos à instalação de equipamentos públicos de abastecimento, como mercados populares e unidades de venda direta.
- Planejamento urbano sensível ao abastecimento alimentar, incorporando o conceito de justiça alimentar nas políticas territoriais.
- Educação alimentar e nutricional, articulada às redes de saúde, assistência social e escolas, para promover práticas alimentares saudáveis e críticas.
- Regulação dos ambientes alimentares urbanos, incluindo medidas que limitem a expansão descontrolada de estabelecimentos que priorizam produtos ultraprocessados em áreas de alta vulnerabilidade social.

Figura 28. Divisão de Campinas por Administrações Regionais.

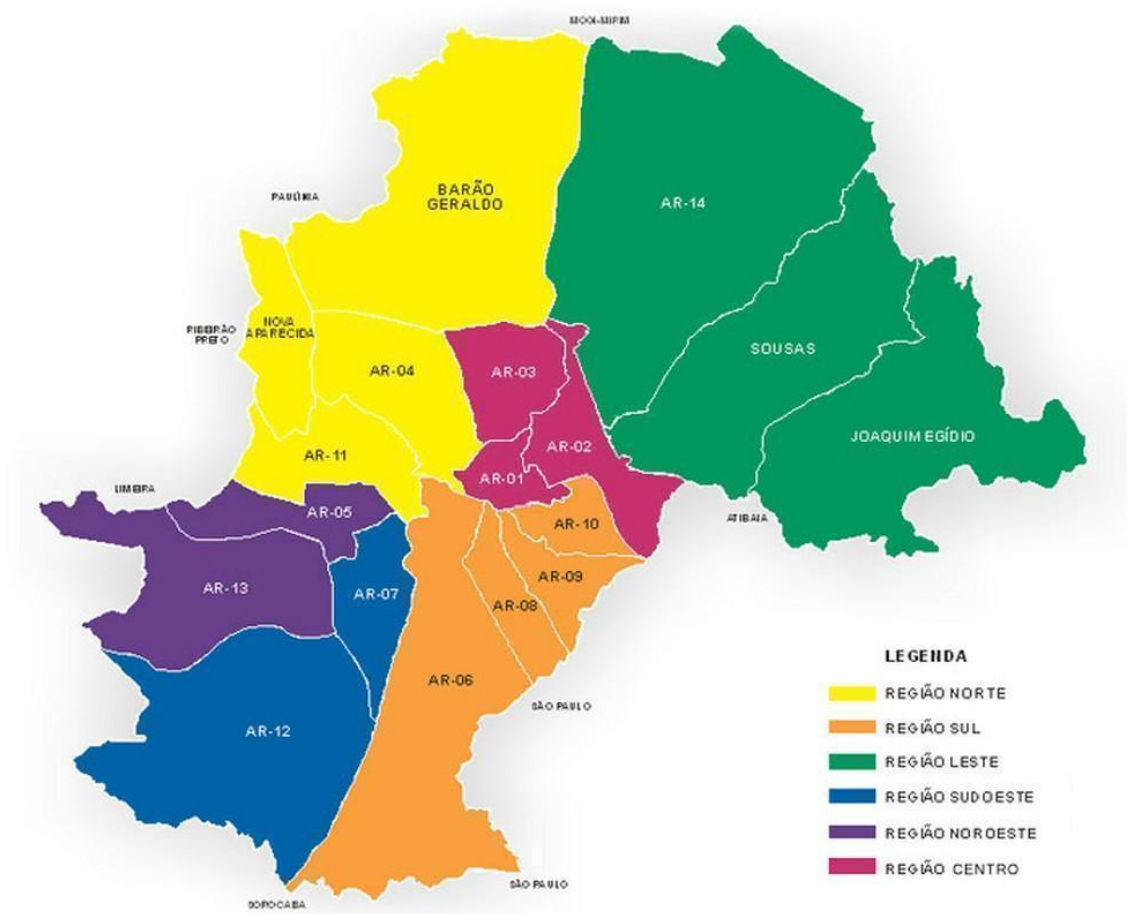


Foto: Reprodução

6.11 Considerações Finais

A análise da produção agrícola e dos sistemas de abastecimento alimentar em Campinas revela um cenário marcado por contrastes significativos. De um lado, há uma infraestrutura robusta e diversificada, que inclui a CEASA Campinas — uma das principais centrais de abastecimento do país —, mais de 100 feiras livres regulares, feiras orgânicas e agroecológicas, mercados municipais e programas de compras públicas como o PAA e o PNAE. De outro, persistem desafios estruturais, como a pressão urbana sobre áreas produtivas, a fragmentação das políticas públicas e a baixa articulação intersetorial.

Entre as fragilidades identificadas, destacam-se a crescente substituição de áreas agrícolas por usos urbanos, o esvaziamento da produção local em algumas regiões, a concentração dos equipamentos de abastecimento em áreas centrais da cidade e a presença de desertos e pântanos alimentares nas periferias. Estes últimos, caracterizados por elevada oferta de alimentos ultraprocessados e

escassa disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis, impactam diretamente a segurança alimentar e nutricional da população, especialmente nos territórios com maior vulnerabilidade socioeconômica.

A RMC foi responsável por 7,5% do volume total de alimentos recebidos pela CEASA em 2024, sendo o próprio município de Campinas o maior fornecedor local. Essa contribuição regional destaca o potencial de fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização e da produção urbana e periurbana como estratégias de abastecimento resiliente, sustentável e socialmente justo.

No enfrentamento desses desafios, há oportunidades concretas. A ampliação das feiras livres, especialmente nas regiões com baixa cobertura; a implantação de mercados populares descentralizados; a integração da agricultura urbana e periurbana aos programas de compras públicas; e a qualificação da CEASA como central de abastecimento de quarta geração representam caminhos viáveis para o fortalecimento do sistema alimentar local.

As evidências apresentadas neste capítulo reforçam a necessidade de uma abordagem intersetorial, territorializada e orientada pelos princípios do DHAA e do SISAN. A articulação entre produção, abastecimento e políticas públicas locais é essencial para enfrentar as desigualdades alimentares, garantir a inclusão de populações vulnerabilizadas e promover a construção de um sistema alimentar urbano mais resiliente, justo e sustentável.

Nesse sentido, os achados aqui sistematizados contribuem diretamente para a formulação de políticas públicas no âmbito de SAN no município, em consonância com seus desafios e objetivos estratégicos do II PLAMSAN, notadamente aqueles voltados à promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos (Diretriz II).

6.12 Referências bibliográficas

ABRACEN. **Manual Operacional das Ceasas do Brasil: - Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN** Belo HorizonteAD2 Editora, , 2011. Disponível em: <<http://abracen.org.br/wp-content/uploads/2014/05/manual.pdf>>.

ADAPTABRASIL MCTI. **Documento teórico-metodológico para avaliação de risco de impacto de mudança climática nos Setores Estratégicos de Recursos Hídricos e Segurança Alimentar da plataforma AdaptaBrasil MCTI** - Versão 1.11. 2023a. Disponível em: <https://adaptabrasil.mcti.gov.br/sobre/metodologia>

ADAPTABRASIL MCTI. **Síntese dos resultados do Índice de Risco de Impacto Climático e suas dimensões-Sector Estratégico Segurança Alimentar/ Ameaça climática: Seca**. 2023b.

ARRAES, N.A.M.; CARVALHO, Y.M.C de. **AGRICULTURA URBANA E AGRICULTURA FAMILIAR: interfaces conceituais e práticas**. Informações Econômicas, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A. **Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o**. In: CATIA GRISA; SERGIO SCHNEIDER (ORG.) (Ed.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1ed. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015. p. 1–18.

BELIK, W. **Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, 11(1/3), 58–75. 1994. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9026>

BELIK, W. **Mobilization of Enterprises Around the Fight Against Hunger**. In J. G. da Silva, M. E. Del Grossi, & C. G. França (Eds.), (pp. 113–142), 2012. Silva, José Graziano da. <http://www.fao.org/3/a-i3023e.pdf>

BELIK, W. **Impasses in transformation of the food system**. Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society, 6(2), 5–8, 2018a. Disponível em: <https://www.thefutureoffoodjournal.com/index.php/FOFJ/article/view/41>

BELIK, W. **Impasses in transformation of the food system**. Journal on Food, Agriculture and Society, 6(2), 5–8, 2018b. Disponível em: www.fofj.org www.facebook.com/futureoffoodjournal

BELIK, W. **Estudo sobre a Cadeia de Alimentos**. 2020a. Disponível em: https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2020/10/EstudoCadeiaAlimentos_%C6%92_13.10.2020.pdf

Belik, W. (2020b). Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições. <https://www.ibirapitanga.org.br/>

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A. **Equipamentos públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetória e desafios**. In Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais (pp. 59–75). Editora UFFS, 2018. <https://doi.org/10.7476/9788564905726.0005>

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A.; COSTA, L. A. **Crise dos Alimentos e Estratégias para a Redução do Desperdício no Contexto de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, 38, 107–132, 2012. <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/277/255>

BRASIL. **Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023**. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 29 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 2, 17 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 30 nov. 1964.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Realizar Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).** Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-se-no-caf-cadastro-nacional-da-agricultura-familiar>.

Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Diagnóstico Alimentar Cidades 2024.**

BRASIL. **Portaria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) nº 987, de 22 de maio de 2024.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 maio de 2024.

CAMPINAS. **Decreto nº 23.389, de 24 de maio de 2024.** Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana – Campinas Solidária e Sustentável, instituído pela Lei nº 16.183, de 29 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://portal-api.campinas.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes-dom/dom/1258941058720510587212589427.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CAMPINAS. **Lei nº 16.183, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - Campinas Solidária e Sustentável no município de Campinas. Campinas: Câmara Municipal, [2021]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/c/campinas/lei-ordinaria/2021/1619/16183/lei-ordinaria-n-16183-2021-institui-o-programa-de-agricultura-urbana-periurbana-campinas-solidaria-e-sustentavel-no-municipio-de-campinas>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CEASA CAMPINAS. **Mercado de Hortifrúti | CEASA Campinas.** Disponível em: <<http://www.ceasacampinas.com.br/mercado-hortifrutis>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

CONAB. **Diagnóstico dos mercados atacadistas de hortigranjeiros.** [s.l: s.n.].

CONAB. **Centrais de Abastecimento: Comercialização Total de Frutas e Hortaliças.** [s.l: s.n.].

Disponível em:

<<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/publicacoes-do-setor-hortigranjeiro>>.

CONAB. **CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO.** Disponível em:

<<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CONAB. Conab. **Prohort.** 2022. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort?view=default>

CONAB. **Boletim Hortigranjeiro.** 2023a. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/boletim-hortigranjeiro>

CONAB. **Comercialização Total de Frutas e Hortaliças.** 2023b. Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort>

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. **Comunicação pessoal, 16 de setembro de 2024.**

CUNHA, A. R. A. A. **Dimensionando o passeio das mercadorias Uma análise através dos dados do Prohort.** Revista de Política Agrícola, v. 24, n. 4, p. 55–63, 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1055/980>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. **Entre o declínio e a reinvenção: Atualidade das funções do sistema público atacadista de alimentos no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 435–454, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032012000300003>

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. **A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural Brasileiro.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 53(1), 9–30, 2015. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>

IDIVIESO, E.; LIMA JÚNIOR, O. F.; DE OLIVEIRA, H. C. (2021). **The use of Waterways for Urban Logistics: The case of Brazil.** Theoretical and Empirical Researches in Urban Management, 16(1), 62–85. <https://www.jstor.org/stable/26976575?seq=1>

FAO.. **Studying food supply and distribution systems to cities in developing countries and countries in transition.** Methodological and operational guide, 2001

FAO. **FOOD SAFETY RISK MANAGEMENT EVIDENCE-INFORMED POLICIES AND DECISIONS, CONSIDERING MULTIPLE FACTORS** FAO GUIDANCE MATERIALS FOOD SAFETY AND QUALITY SERIES 4. 2017. www.fao.org/publications

FAO. **The State of Food and Agriculture 2023.** FAO, 2023. <https://doi.org/10.4060/cc7724en>

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Enhancing the operational of local and traditional food markets in the context of transition to sustainable agrofood systems.** FAO, 2024. <https://doi.org/10.4060/cd2254en>

GHAMRAWY, M. (2019). **Food loss and waste and value chains – Learning guide.** Cairo, FAO, 2019. <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules>

IBGE. **Produção agrícola municipal.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117producao-agricola-municipalculturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 jan. 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Censo Agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 10 jan. 2025.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 10 jan. 2025.

Instituto de Economia Agrícola (IEA). Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php>. Consulta em 01/2025.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Estatística da produção paulista, 2022-2023.** Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1. Acesso em: 10 jan. 2025.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Informações econômicas**. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/out/index.php>. Acesso em: 10 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - Idec: Mapa de Feiras Orgânicas consulta em agosto/2025 disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>

LIMA, D. M.; MARSOLA, K. B.; OLIVEIRA, A. L. de; BELIK, W. **Estratégias para reduzir o desperdício de frutas e hortaliças: a busca por sistemas atacadistas sustentáveis**. Horticultura Brasileira, 40(3), 334–341, 2022. <https://doi.org/10.1590/s0102-0536-20220313>

MENDONÇA L. D.; RAMOS, A. L. **Waste assessment in distribution and marketing logistics of horticultural products: evidence from Brazil**. Revista de La Facultad de Ciencias Agrarias UNCuyo, 53(1), 207–219, 2021. <https://doi.org/10.48162/rev.39.020>

OLIVEIRA, A. L. R. de; ROCHA, P. **O papel da logística na cadeia de produção dos hortifrutis**. Instituto de Economia Agrícola (IEA), 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2160>>.

PMAE. **Programa Municipal de Alimentação Escolar de Campinas**. Disponível em: <https://educa.campinas.sp.gov.br/programa-municipal-de-alimentacao-escolar-pmae>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas. **Vigilância Socioassistencial. Divisão Administrativa da Assistência Social**. Disponível em: https://www.campinas.sp.gov.br/sites/vigilancia_socioassistencial/mapas. Acesso em: julho 2025.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Apoio à Escola. **Coordenadoria de Nutrição**.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional. **Coordenadoria Departamental de Benefícios em Segurança Alimentar e Nutricional**.

PMC - Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional. **Coordenadoria Departamental de Estratégias Intersetoriais em Segurança Alimentar e Nutricional**

Projeto MAPBIOMAS. **Coleção 2025 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 20 de jan. 2025.

SAA-SP - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA 2016/17: Censo agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019.

WEGNER, R. C.; BELIK, W. **Distribuição de hortifrutis no Brasil: Papel das centrais de abastecimento e dos supermercados**. Cuadernos de Desarrollo Rural, 9(69), 195–220, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases**. Geneva: WHO, 2003. 149 p. (Technical Report Series, 916). Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/924120916X>. Acesso em: 27 jan. 2025.